

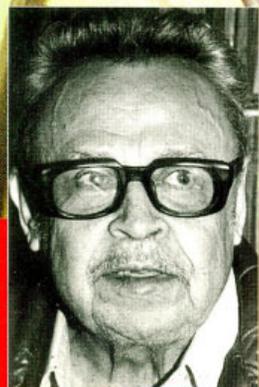
Debate Sindical

POLÊMICA

Qual o papel da classe operária na atualidade?

PARLAMENTO

Pauta sindical e trabalhista do ano 2000



ENTREVISTA

Clóvis Moura fala sobre os 500 anos de Brasil

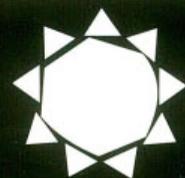


Desemprego: como enfrentá-lo

**Pra falar
desse
prêmio,
a gente
enche
a boca.**

Programa de Alimentação.
Premiado pelas fundações Getúlio Vargas e Ford.

O Programa de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte beneficia, todos os meses, mais de 900 mil pessoas com o fornecimento de 600 toneladas de alimentos. É a Prefeitura de BH investindo no social e garantindo uma cidade para todos.



PREFEITURA
BELO HORIZONTE
TRABALHO PELA VIDA

ABASTECIMENTO

Debate Sindical é uma publicação trimestral do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01323-010, fone/fax: (0__11) 289-1496

Editor:

Altamiro Borges

Conselho de Redação:

Augusto Buonicore

Guiomar Prates

João Batista Lemos

José Carlos Ruy

Oswaldo Bertolino

Umberto Martins

Conselho Editorial:

Armando Boito

César Benjamin

Clóvis Moura

Décio Saes

Edgard Carone

Emir Sader

Francisco Teixeira

João Pedro Stédile

Luís Fernandes

Luís Paulino

Lucília Machado

Marcos Gomes

Nilton Vasconcelos

Paulo Schilling

Ricardo Antunes

Abigail Pereira

Álvaro Gomes

Augusto Petta

Edson Pimenta

Gilda Almeida

Gilson Reis

Gregório Poço

José Carlos Schulte

Luís Gavazza

Mônica Custódio

Nivaldo Santana

Raquel Guisoni

Sérgio Barroso

Vianei Martins

Wagner Gomes

Capa:

Candido Portinari

“Retirantes”, 1944

Projeto gráfico:

Caco Bisol

Charges:

Marcio Baraldi

Editoração eletrônica:

Sandra Luiz Alves

Edição de fotos:

Alexandre Machado

Revisão:

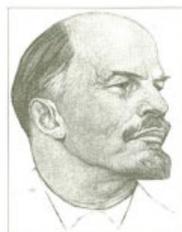
Josenildo Marques

Fotolito:

Ajato

Impressão e acabamento:

Editora Parma



- 4 Retomar a pressão popular contra FHC**
JOÃO BATISTA LEMOS
- 8 O que comemorar nos 500 anos de Brasil?**
ENTREVISTA: CLÓVIS MOURA
- 12 A luta pela redução da jornada**
COLUNA: MARCIO POCHMANN
- 13 A agenda trabalhista do Congresso Nacional**
ALDO REBELO
- 15 Qual o papel da classe operária na atualidade?**
POLÊMICA: JACOB GORENDER/RICARDO ANTUNES/DUARTE PEREIRA
- 22 A ilusão neoliberal do fim dos empregos**
ANTONIO PRADO
- 24 A ofensiva do governo contra o FGTS**
CARLOS EDUARDO FREITAS
- 26 Três assuntos de interesse**
COLUNA: JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO
- 27 Como enfrentar o desemprego**
CLÁUDIO GONZALES
- 34 A quem serve a guerra fiscal?**
NILTON VASCONCELOS
- 36 Um golpe nos direitos**
COLUNA: ULISSES RIEDEL
- 37 O neoliberalismo e o funcionalismo público**
VLADIMIR NEPOMUCENO
- 40 A vitória contra o *self-service***
ANTONIO PORCINO
- 43 EUA mutilam os direitos sindicais**
PINA GONÇALVES
- 45 Lênin e o papel dos sindicatos**
AUGUSTO BUONICORE
- 48 Qual o futuro do mundo do trabalho?**
OSVALDO BERTOLINO
- 51 As dimensões do proletariado tardio**
GIOVANNI ALVES
- 54 Resenhas de livros**
- 57 Cartas**
- 58 O significado do 7º Congresso da CUT**
COLUNA: VICENTE PAULO DA SILVA

JOÃO BATISTA LEMOS



Retomar as mobilizações co

Congresso da CSC mantém a bandeira do "Fora FHC" e, pleiteando maior democracia interna, lança candidato à presidência da CUT

A história se repete – e cada vez mais com cara de farsa! De tempos em tempos, o governo tenta vender a idéia de que “o pior já passou”. A partir de uma brutal ofensiva propagandística, amparada no monopólio da mídia servil, ele procura injetar otimismo na sociedade. O argumento agora é de que estaria havendo uma nova retomada dos fluxos financeiros internacionais, que impulsionariam o crescimento interno da economia. Afirma também que as feridas no seu campo estão cicatrizadas, que a base governista está novamente coesa para implementar os projetos do Planalto.

Toda esta euforia, tipicamente carnavalesca, tem pouca solidez. Sua sustentação é precária. Como falar em retorno seguro do capital externo

numa economia mundial tão instável e anárquica? Fala-se hoje impunemente nisto e logo estoura a quarta maior queda das bolsas dos

EUA – para pavor dos tecnocratas tupiniquins. A vulnerabilidade do Brasil, decorrente da perda de mecanismos soberanos de controle da economia, é explícita. O país está pendurado na brocha! Tornou-se refém do FMI. O pesado endividamento, que serve apenas à gula do capital financeiro, deixa a nação vulnerável, sem segurança sobre o seu futuro. Como já se disse, um espirro lá fora gera epidemias aqui dentro.

Quanto à união da base governista, isto é coisa do passado. As fissuras são cada vez maiores neste terreno. FHC perdeu o encanto. Não consegue mais coesionar o bloco dominante. Tanto que vários “presidenciáveis” já se apressam em sucedê-lo. Para isso, procuram

Após um ano de dificuldades, FHC tenta recuperar a iniciativa política. Mas suas bases são frágeis. Mobilização popular é indispensável para barrar a nova ofensiva e para fortalecer as oposições nas eleições de outubro

Contra FHC

demarcar campo, criticam seus incontáveis pontos fracos, ameaçam motins. As intrigas palacianas são crescentes: ACM pouca de defensor dos pobres; seu partido, o PFL, abandona o fundamentalismo neoliberal e prega um salário mínimo de 100 dólares; o PSDB dá rasteiras no PFL para tornar-se o maior partido governista. Num ano de eleições e com o aumento do desgaste de FHC, estas disputas intestinas só tendem a crescer.

REVERSÃO APARENTE

Apesar de artificial, esta onda de euforia tem motivos. O governo procura, a todo custo, retomar sua capacidade de iniciativa política. No

ano passado, ele sofreu enormes apuros. Com a desvalorização da moeda, decorrente do caos financeiro mundial, o plano Real deu sinais evidentes de fragilidade. A consequência imediata foi a vertiginosa queda de popularidade de FHC. Outro efeito, semelhante aos naufrágios, foi o aumento das fraturas na base governista. Como reconhece um dos gurus do presidente, Bolívar Lamounier, predominou em 99 “a sensação de que o piloto (Fernando Henrique) havia sumido ... De fato, na economia, o ano foi duríssimo; na política, foi frustrante”.

Neste cenário, como numa via de mão-dupla, elevou-se a temperatura da luta de classes no país. A pressão popular atingiu patamares nunca vistos no reinado de FHC, com crescentes protestos de rua – sendo que o ponto alto foi a “marcha dos 100 mil”, em agosto. Até o movimento operário, que estava acuado pelo desemprego, voltou à cena com o “festival de greves” dos metalúrgicos, no final do ano. Todos estes embates revitalizaram a frente dos partidos de esquerda e projetaram o Fórum Nacional de Lutas, uma iniciativa inédita na história do país que reúne o grosso do movimento popular organizado. A amplitude forjada neste processo também possibilitou uma maior radicalidade das ações, com a CUT, UNE e outros setores aprovando a bandeira do “Fora FHC”.

O agravamento da crise econômica, as fraturas na base governista e o ascenso da oposição em 1999 encurralaram o governo. Vários dos seus projetos – entre eles, o da restritiva reforma partidária, o da anulação do artigo 7º da Constituição e mesmo algumas privatizações – ficaram inviabilizados. A nova onda de otimismo visaria exatamente reverter este quadro, criando um clima favorável à retomada das iniciativas políticas do Planalto. “O baixo astral

CORTES SOCIAIS

Dos 31 programas federais voltados à população carente, 25 sofreram cortes de verbas devido ao pacote fiscal imposto pelo FMI. Resultado: a área social perdeu este ano R\$ 2,04 bilhões. Entre as vítimas, estão os ocupados nas frentes de trabalho do Nordeste, que tiveram seu “salário” reduzido para R\$ 60 mensais. Já o programa de renda mínima sofreu corte de 84,3% nos recursos. A meta inicial era atingir 1,2 milhão de famílias; agora beneficiará apenas 37 mil, que receberão de R\$ 7,5 a R\$ 60 mensais! “É realmente uma renda mínima”, ironiza o economista Guido Mantega.

MENTIRA PRIVADA

Uma pesquisa do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor), divulgada em fevereiro, destruiu de vez a propaganda de que a privatização serviria para satisfazer os “consumidores”. A entidade, que acompanha os setores de telefonia e energia em São Paulo e Rio de Janeiro, constatou que houve uma sensível perda para os usuários destes serviços. Os consumidores de baixa renda, por exemplo, tiveram que arcar com um aumento real de 324,25% nas tarifas de energia elétrica cobradas entre 95/99. Já a assinatura básica dos telefones aumentou 2.500%. No mesmo período, a Telefônica fechou 200 postos de atendimento aos usuários.

RAPOSA NO BNDES

O governo nem disfarça mais a sua promíscua relação com o capital financeiro. Todos os postos-chaves da economia estão agora nas mãos dos rentistas. A última de FHC foi a nomeação de Francisco Gros para a presidência do BNDES. Além de dirigir o banco de investimentos Morgan Stanley, ele tem em seu currículo a falência fraudulenta de empresas no país e dívidas com o próprio BNDES. Gros irá compor a equipe econômica ao lado de Pedro Malan, Armínio Fraga (ex-funcionário do especulador George Soros) e Alcides Tápias (ex-dirigente do Bradesco).

LEVANTE NO EQUADOR

O vizinho Equador continua tenso. Em 21 de janeiro, um levante popular derrubou o governo de Jamil Mahuad. Após ocupar o parlamento e cercar o palácio presidencial, o movimento liderado pelos indígenas e trabalhadores urbanos, com o apoio dos setores médios do Exército, montou uma Junta de Salvação Nacional para comandar o país. Temendo os efeitos da sublevação, Bill Clinton ameaçou bloquear as relações econômicas; a cúpula das Forças Armadas foi acionada; e o vice-presidente, Gustavo Noboa, tomou posse. Apesar da prisão de centenas de lideranças, as forças populares mantêm a pressão.

GREVE NO MÉXICO

Iniciada em 20 de abril de 1999, a greve dos estudantes da Universidade Nacional Autônoma do México é hoje um dos símbolos no continente do combate ao projeto neoliberal. A partir de um acordo com o Banco Mundial, o governo extinguiu o ensino público e gratuito. Os estudantes entraram em greve e ocuparam o campus. De lá para cá, os confrontos são diários. Em fevereiro, o exército invadiu duas vezes a universidade e efetuou mais de mil prisões.

MUMIA ABU-JAMAL

No final de fevereiro, mais de 300 manifestantes foram presos nos EUA por exigirem um novo julgamento para Mumia Abu-Jamal. Ex-militante dos Panteras Negras, ele foi condenado em 1982 pela morte de um policial da Filadélfia. Radialista conhecido por suas posições anti-racistas, ele se declarou inocente e seus advogados evidenciaram a manipulação do julgamento. Mesmo assim, está condenado à morte. Já os quatro policiais brancos, que dispararam 41 tiros contra o camelô negro Amadou Diallo, acabam de ser absolvidos.

do ano passado parece estar chegando ao fim”, festeja Lamounier. Tanto é que o governo já impôs dois projetos de ajuste neoliberal – o da Desvinculação de Receitas da União (DRU) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – e volta à cruzada contra o artigo 7º, visando condicionar os direitos trabalhistas “a negociação coletiva”, e pela aprovação de uma reforma eleitoral e partidária de cunho fascista.

Outro motivo desta aparente mudança de ares tem a ver com as dificuldades vividas pela própria oposição na fase recente. Já no “dia nacional de paralisação e protestos”, em 10 de novembro, elas vieram à tona. Apesar do clima de insatisfação na sociedade e do acúmulo de lutas no período, a mobilização ficou aquém do previsto. As vacilações na direção do movimento ficaram evidentes. O aspecto subjetivo pesou negativamente. Pouco depois, o congresso do maior partido de oposição, o PT, provocou uma reversão nas expectativas de combate ao governo ao rejeitar a bandeira do “Fora FHC”. Com a proximidade das eleições municipais de outubro, também aumentou o tiroteio no campo oposicionista, com cada partido procurando conquistar a sua fatia do eleitorado.

fatores não ofuscam a vulnerabilidade do atual governo. Por mais que a mídia irradie otimismo, as pesquisas de opinião insistem em apontar a queda de popularidade de FHC. Os embates deste ano também devem esquentar. Pequenas faíscas podem gerar incêndios. O anúncio do novo salário mínimo, por exemplo, ameaça detonar revoltas; já a fixação do teto salarial do Judiciário estimula os servidores públicos, sem reajuste há mais de cinco anos, a lutar por seus direitos. A própria disputa eleitoral de outubro deve aumentar a polarização política na sociedade, servindo para desgastar o governo e agravar suas fraturas internas. Isto para não falar da instabilidade da economia mundial, decorrente da crise crônica e prolongada do capitalismo!

Neste cenário contraditório, as perspectivas continuam favoráveis às forças oposicionistas. Seria um erro adotar uma conduta de prostração, de imobilismo, como que apostando todas as fichas na arena institucional; ou, no outro extremo, tomar atitudes sectárias e voluntaristas, isolando-se no combate ao governo. Mais do que nunca, o momento exige amplitude e radicalidade na luta contra FHC. A retomada das mobilizações de rua, conforme o calendário definido pelo Fórum Nacional de Lutas, é decisiva para soldar a unidade das oposições e para encurralar o governo, colocando-o novamente na

RADICALIDADE E AMPLITUDE

Mas, como já foi dito, todos estes



TERCEIRO LUGAR

FHC continua a colecionar títulos vergonhosos. Segundo estudo do economista Marcio Pochmann, o Brasil pulou de quinto para terceiro lugar no *ranking* mundial de desemprego aberto. A pesquisa, feita com base nos dados oficiais de 141 nações, indica que o país, com 7,7 milhões de desempregados, só fica atrás da Rússia (9,1 milhões) e da Índia (39,9 milhões). Em 90, o Brasil ocupava a oitava posição; cinco anos depois, já no reinado do FHC, passou para o quinto lugar; e, agora, atingiu a terceira colocação.

JORNADA MENOR

Para fazer frente a este drama crescente, CUT, GGT e Força Sindical decidiram se unir na luta pela redução da jornada. A campanha nacional já tem agendadas várias iniciativas, incluindo a coleta de 1 milhão de assinaturas em apoio a um projeto popular de emenda constitucional pela redução de 44 para 40 semanais. Segundo o Dieese, dos 24 milhões de assalariados no mercado formal, 17 milhões trabalham acima das 40 horas. A redução da jornada poderia gerar 1,7 milhões empregos a curto prazo.

SALÁRIO MÍSERO

Hipocrisia e mentiras – estas são as marcas das discussões palacianas sobre o novo salário mínimo. O PFL, cínico, pousa de defensor dos pobres; já FHC, acuado, culpa a previdência para justificar o reajuste menor. Se o mínimo subisse para US\$ 100, elevaria em R\$ 6,8 bilhões os gastos da previdência; mas só com juros das dívidas o país desembolsa cerca de R\$ 100 bilhões. Segundo pesquisas, o valor do mínimo deveria ser de R\$ 489 para garantir o mesmo poder de compra de quando foi criado, em 1940. Atualmente, 14,6 milhões de brasileiros dependem dessa miséria. Com o objetivo de desmascarar a farsa palaciana, as três centrais também já prepararam uma campanha nacional pela recuperação do salário mínimo, tendo como referencial o valor definido pelo Dieese.



defensiva. A bandeira do “Fora FHC” não perdeu sua vitalidade e justeza.

Foi com esse espírito unitário e combativo que a Corrente Sindical Classista, a segunda maior força interna da CUT, realizou o seu 4º Congresso Nacional, em dezembro passado. Os 401 delegados presentes, representando sindicatos de peso de todo o país, decidiram intensificar as mobilizações contra o governo, mantendo o slogan do “Fora FHC”. No plano de lutas aprovado, deram ênfase à defesa do artigo 7º da Constituição, considerando que “os

direitos trabalhistas são inegociáveis”.

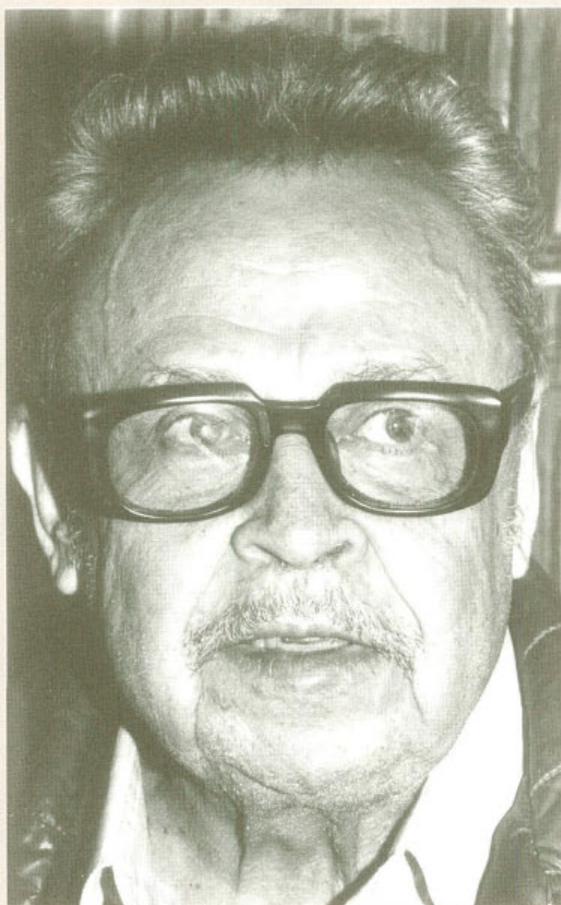
Os congressistas também decidiram priorizar o 7º Concut, marcado para agosto. A partir de uma avaliação de que a CUT avançou no combate ao governo, mas, ao mesmo tempo, retrocedeu nos aspectos organizativos e estratégicos, a CSC decidiu lançar a candidatura de Wagner Gomes para a presidência da central. O eixo principal da sua campanha será o da democratização da CUT.

João Batista Lemos é membro da coordenação nacional da Corrente Sindical Classista (CSC/CUT)

POR ALTAMIRO BORGES

O professor Clóvis Moura é um dos mais conceituados historiadores do país. Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas e autor de 24 livros, entre eles o clássico *Rebeliões da Senzala*, lançado em 1959, é presença obrigatória no momento em que a história dos 500 anos de Brasil é alvo de reflexão e de badaladas festividades. Nesta entrevista, ele apresenta uma visão crítica sobre as comemorações em curso. Também trata das regressões vividas na atualidade e fala do papel de FHC na história nacional

Rafael Kozak



Clóvis Moura: “Foi o povo quem construiu a nação brasileira, com muitas lutas e sacrifícios”

Debate Sindical. Como você avalia as festividades dos 500 anos? Qual o seu significado para o povo brasileiro?

Clóvis Moura: Outro dia, vendo os desfiles de Carnaval, eu conversava sobre isso com o professor Milton Santos. Lembrei da carta de Pero Vaz de Caminha descrevendo as índias nuas. Hoje, 500 anos depois, a nudez feminina é apresentada por alguns como vitória do gênero. Naquela época, a nudez das índias correspondia a unidade entre natureza, cultura e corpo. A cultura ocidental, cristã e judaica, foi a negação da natureza, da cultura e

do próprio corpo. Tudo foi reprimido pelo agente “civilizador” do sistema colonial. Cito isso para dizer que o tal processo civilizatório, tão ressaltado por alguns antropólogos e motivo de homenagens nos 500 anos, na verdade é uma farsa.

Nós não fomos civilizados pelos europeus. O que houve foi um processo de colonização, o que é bem diferente. Do ponto de vista teórico, o processo civilizatório ocorre quando as culturas se somam, num relação dialética de conjugação harmônica de valores e de superação.

O que comemorar nos 500 anos de Brasil?

“A história oficial, a visão tucana, não quer valorizar as heróicas lutas travadas e nem reconhecer a violência das classes dominantes”

No sistema colonial, isto não ocorreu. O colonizador destruiu todos os traços de cultura dos dominados. Praticamente, elas não tiveram a possibilidade do diálogo, não puderam contribuir para um verdadeiro processo civilizatório multilateral. O que houve foi destruição, um processo unilateral. O que poderia ser aproveitado dos astecas, dos incas e dos nossos índios, e também das culturas africanas posteriormente, foi negado e destruído.

E quais as consequências desta deformação? Uma delas é que até hoje os países colonizados são inferiorizados. Eles não conseguiram se equiparar aos países centrais do capitalismo. Isto ocorreu porque o sistema colonial foi um dos mais violentos da história da humanidade, mais violento do que o Império Romano. Ele praticamente destruiu as grandes matrizes do processo civilizatório dos países nativos. Os colonizadores impuseram duas grandes matrizes: a língua e a religião. Até hoje todos os países colonizados pela Espanha falam espanhol e são católicos; as colônias de Portugal falam português e são católicos; já as colônias da Inglaterra falam inglês e são protestantes.

Essa forma de dominação,

agregada à conquista e ao monopólio da terra, num verdadeiro triângulo colonialista, subjugou estes países. Sua trajetória foi dramática. A cada passo para se libertar do sistema colonial foi cobrado um preço muito alto. Um exemplo trágico é o dos nossos índios. Existiam 6 milhões de índios aqui; Darcy Ribeiro fala num pouco mais. Hoje existem apenas 300 mil. Nem tudo foi genocídio, destruição física. Existiram outras formas de massacre colonial, como a “domesticação” e os aldeamentos dos jesuítas. Hoje a Igreja fala em pedir perdão aos índios. A coisa mais fácil do mundo é pedir perdão depois dos crimes. Os americanos também fizeram isso com os negros.

O tal processo civilizatório é uma farsa. O que houve foi um processo de colonização, o que é bem diferente

Houve também o massacre dos negros africanos, da sua cultura ...

Do total de negros traficados como escravos, praticamente 40% vieram para cá – perto de 6 milhões de africanos. Uns falam em 4 milhões, mas excluem o contrabando. O Brasil foi dominando por um país pobre, decadente, que montou uma estratégia violenta para sobreviver como nação colonizadora. A escravidão foi decisiva para manter o sistema colonial, para garantir a unidade territorial. Tanto que após a independência, o Brasil foi o único país da América do Sul que conservou a escravidão. No restante do continente, a independência coincidiu com o fim da escravidão. Aqui não. Já existia o telefone, mas ainda havia escravos. Teoricamente, era possível caçar negros fugidos pelo telefone! O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão colonial.

Essa estratégia de Portugal só vingou com muita violência. Muitos ainda acham que tudo foi feito na base do conchavo, pacificamente – de pai para filho, de Dom João para Dom Pedro. Acham que Deus é brasileiro. Não é verdade. Veja o caso da Cabanagem, no Pará, em que foram assassinados 40 mil

O neoliberalismo quer anular todas as conquistas deste século. A regressão é

camponeses. É um número maior do que Bolívar perdeu para libertar o continente do jugo espanhol. Depois vem a Balaiada, em que 15 a 20 mil negros e camponeses morreram. Veja o caso dos Bandeirantes, que hoje são cultuados como heróis. Eles caçavam índios pelo interior para servirem como animal de tração, levando cargas do planalto para embarcar em Santos.

Com base nessa análise histórica, o povo tem o que comemorar nestes 500 anos?

Sim. O povo brasileiro tem o que comemorar. Ele sobreviveu a essa violência, ele criou uma nação. É certo que o preço pago foi muito alto. É isto que as classes dominantes tentam esconder através da história oficial, da visão tucana. Não querem valorizar o sacrifício do nosso povo, as heróicas lutas travadas, e nem reconhecer a violência praticada por elas. Foram os setores populares que lutaram pela independência e depois as elites promoveram um conchavo. O nosso povo perdeu muitas batalhas, mas ganhou na sua conscientização, na construção de um pensamento nacional, no enfrentamento às classes dominantes. Na prática, foi quem garantiu a unidade nacional – inclusive com o trabalho escravo. Quem construiu a nação brasileira foi o povo brasileiro.

Nesta rica história de lutas, você destacaria alguns episódios que merecem ser comemorados?

São muitos episódios de heroísmo, mas vou citar apenas três: a Inconfidência Baiana, a Cabanagem e Palmares. Na Inconfidência Baiana, de 1798, pela primeira vez foi elaborado um projeto popular. Foram os escravos e

os ex-escravos, e não a elite cultural, que apresentaram as suas reivindicações. Pela primeira vez na história é colocado o problema étnico, da igualdade racial. Todos sabem que Tiradentes foi enforcado, mas ninguém sabe nem o nome dos quatro líderes da Inconfidência Baiana que foram enforcados. Eram negros, escravos e forros, a plebe organizada, uma revolução dos oprimidos.

Já na Cabanagem, o destaque foi a radicalização. Foi uma luta popular contra o domínio português que, apesar da independência, ainda persistia. Os cabanos tomaram o poder e quando o seu primeiro governador os traiu, eles o fuzilaram. Essa violência dos oprimidos é impressionante. Eles souberam enfrentar a violência das classes dominantes com outro tipo de violência, pela justiça social.

Por último, Palmares. Esse quilombo reuniu cerca de 30 mil moradores em seu território, resistiu a duas potências colonizadoras,

organização militar muito avançada. Também a sua agricultura era superior a colonial. Era baseada no trabalho comunitário, garantindo o sustento no quilombo, a troca de excedentes com os sítiantes próximos e a reserva para a guerra. Quando se fala em Palmares, pensa-se logo num ajuntamento de negros no mato, algo primitivo. Mas não foi isso. Foi uma sociedade bem superior. Enquanto os escravos morriam de fome nas fazendas, em Palmares havia uma produção integrada, em que não faltavam alimentos.

Daí toda a violência das classes dominantes contra estas revoltas ...

No final do século XIX, elas liquidaram até o último sobrevivente em Canudos. O mesmo ocorreu no Contestado. A degola foi uma constante na história das classes dominantes. Zumbi, Conselheiro, Tiradentes, Felipe dos Santos, Lampião e muitos outros tiveram suas cabeças cortadas. Foi a forma encontrada para impor terror e medo. O povo brasileiro sempre lutou, tem um cartel impressionante de lutas. É isso que temos de preservar nos 500 anos. O que devemos comemorar são as lutas do povo brasileiro para criar uma nação, contra toda a visualização colonialista do dominador.

Ao analisar todas estas lutas, como você enxerga a atual situação do país?

Lênin já dizia que a evolução das sociedades não se dá em linha reta. Ele até usava a figura de uma espiral para indicar que ocorrem avanços e retrocessos. Não se pode negar que hoje os trabalhadores sofrem uma regressão. Com o fracasso do Estado de Bem-Estar Social e o fim do bloco socialista, o neoliberalismo procura

A cada passo para se libertar do sistema colonial, o preço foi alto. Havia 6 milhões de índios; hoje existem 300 mil

Portugal e Holanda, e durou quase cem anos. Apesar da ausência de documentação dos palmarinos, tudo indica que possuíam uma

FHC não fez nada em benefício da nação brasileira. Será lembrado como o

visível em todos os terrenos

“A degola foi uma constante na história. Zumbi, Conselheiro, Tiradentes, Felipe dos Santos e muitos outros tiveram suas cabeças cortadas”



anular todas as conquistas do século. Isto se dá em todos os terrenos. Muitas lutas foram travadas contra o colonialismo. Antes ele era primário, com base na troca desigual de mercadorias. Hoje, ocorre a dominação financeira, que é mais global e difícil de ser enxergada.

Essa situação de neocolonialismo conduz a humanidade a quase lupenização. Dentro de 20 anos, o “terceiro mundo” será uma região de esfarrapados. Por outro lado, a concentração de fortunas é brutal. Esse processo de fusão das multinacionais reduz ainda mais o número de monopólios, dos que dominam o mundo. Isto pode até extrapolar para contradições mais agudas, em guerras. As leis objetivas do capitalismo conduzem ao socialismo. Apesar dos ziguezagues da história, esta é a tendência. Todo o nosso problema reside no aspecto subjetivo, na direção da transformação social.

Além da questão nacional, haveria regressão também nas relações entre capital e trabalho?

Sim. E quem está perdendo é o trabalho. Há inclusive um enfraquecimento dos sindicatos, o que deixa o patrão livre para definir os mecanismos de salário e de trabalho. Hoje em dia o trabalhador não luta mais por direitos, mas para

manter o emprego. O exército de reserva, de desempregados, cria problemas na própria consciência da classe, que está na defensiva. Ao invés de você avançar, lutando por mais direitos, você recua e o que vinga são regras estabelecidas pelo sistema capitalista. É por isso que o capitalismo tem interesse em manter o desemprego. Ele leva ao achatamento salarial, à perda de direitos, à perda da dignidade do trabalhador.

Mesmo no que se refere à democracia, ela é cada vez mais formal. Nos países capitalistas, liberais, sempre foi assim. A Constituição brasileira de 1824, por exemplo, já era contra a tortura, proibia o açoite, era contra a violação da correspondência, etc. Só que já tinha os “poréns”. O escravo estava excluído e foi açoitado publicamente até pouco antes da Abolição. Hoje, as leis também falam em direitos, mas é tudo formal. Nas eleições, o que prevalece é o poder econômico, é a mídia que mente. Esse poder faz de você um presidente da República ou um marginal. A democracia liberal garante apenas a propriedade capitalista. Se os sem-tetos ocupam um terreno abandonado, a justiça manda os tratores destruírem o que foi construído.

Para concluir, como FHC será

lembrado na futuras comemorações da história do Brasil?

Aqui entra o papel do indivíduo na história. Digo isso porque o conheço bem, fomos amigos na universidade. Ele ainda não terminou seu mandato, tem mais algum tempo para vender o que resta do nosso patrimônio ao capital internacional. Qual o saldo até agora? Vendemos o nosso patrimônio nacional e as dívidas aumentaram. Na prática, voltamos a 1500. O que foi construído está sendo destruído. Só sobra a Amazônia, se é que FHC não vai entregá-la em breve. Há muita cobiça da burguesia mundial, que quer internacionalizar a Amazônia.

Mesmo cometendo erros, violências, alguns indivíduos entram para a história, plantam algo. É o caso de Napoleão, de Cromwell e outros. Já FHC não fez nada, absolutamente nada, em benefício da nação brasileira. Ele só destruiu. O Brasil é o único país da América do Sul que tinha conseguido montar um sistema alternativo de desenvolvimento, que veio da década de 30. FHC está destruindo tudo, estripando a sociedade. Muitos perdem o orgulho de ser brasileiro, num processo de rejeição da identidade nacional. Em resumo, FHC será lembrado como o maior traidor da história do Brasil.

Altamiro Borges é jornalista, membro da coordenação nacional do Centro de Estudos Sindicais (CES).
Correio eletrônico: aaborge@ibm.net

maior traidor da história do Brasil

MARCIO POCHMANN

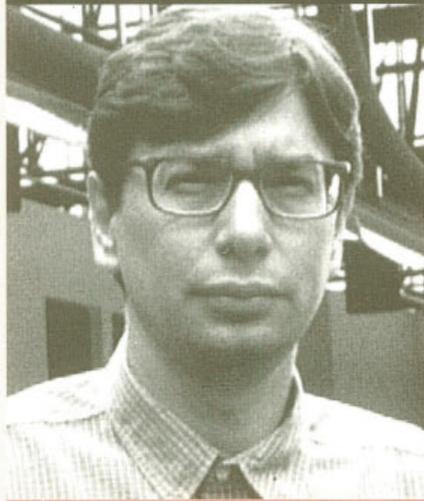
Em defesa da redução da jornada de trabalho

Dois traços distintos caracterizam a evolução do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. O primeiro diz respeito à epidemia do desemprego em massa, que resultou do ingresso adicional de quase 600 mil novos desempregados a cada ano da década. Mantida essa perspectiva, no ano 2002, o Brasil poderá registrar a formação de um enorme excedente de mão-de-obra, estimado em torno de mais de 12 milhões de pessoas sem-emprego.

O segundo traço marcante está associado à expansão da jornada de trabalho no Brasil. Apesar de a Constituição Federal de 1988 ter estabelecido a redução de 48 para 44 horas semanais, observa-se que, para os que se mantiveram ocupados, houve aumento da jornada por conta do uso irrestrito das horas extras. Em 1988, por exemplo, havia algo como 12,5 milhões de trabalhadores que faziam horas extraordinárias, o que implicava na restrição de 1,6 milhões de postos de trabalho. Já em 1998, dez anos depois, o Brasil registrou cerca de 27,2 milhões de ocupados trabalhando além das 44 horas semanais – o que impossibilitou a abertura de 3,7 milhões de vagas.

RAZÕES DA HORA EXTRA

Possivelmente, a expansão do sobretrabalho esteja vinculada a dois motivos principais. De um lado, a condução errática da política macroeconômica tem levado ao



Aumento do desemprego e das horas extras justifica uma forte pressão

aprofundamento das incertezas capitalistas nos anos 90. Com isso, o esvaziamento dos postos de trabalho no interior das empresas facilitou a difusão da cultura do medo, fazendo com que a imposição da jornada adicional ocorresse sem grande resistência operária. Sem alterações na atual política econômica, deve continuar sendo oportuno ao interesse patronal fazer uso das horas extras, sem contratar mão-de-obra adicional.

De outro, a queda na participação da renda do trabalho na renda nacional impôs contingenciamento no orçamento familiar das classes trabalhadoras. É possível estimar a diminuição da renda do trabalho em 20% na década de 1990. Em geral, a impossibilidade de financiar o tempo livre termina favorecendo a elevação da jornada. Certamente é o caso dos 3,3 milhões de trabalhadores que possuem mais de uma

ocupação, além da presença de 5,3 milhões de aposentados e pensionistas e de 2,7 milhões de crianças com menos de 14 anos no mercado de trabalho.

NOVA ARRANCADA

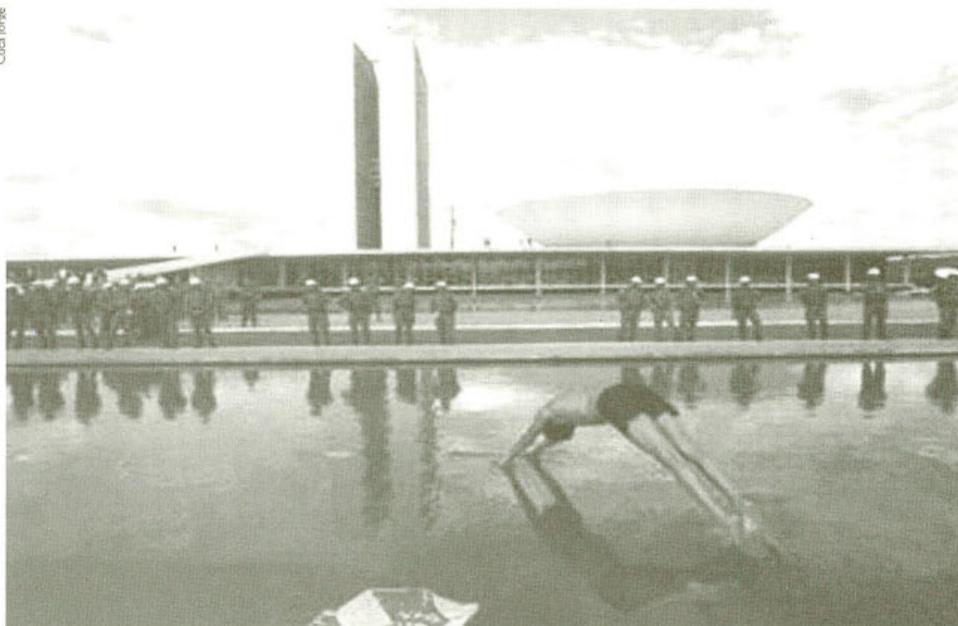
Diante desse conjunto de informações, não caberia outra posição que não fosse levantar novamente a bandeira em defesa da redução da jornada de trabalho. Depois da gloriosa luta sindical voltada para a redução de 48 para 40 horas iniciada na recessão dos anos 80, que redundou na conquista das 44 horas na Constituição de 88, não houve outra grande arrancada direcionada à diminuição das extensas jornadas laborais.

Obviamente não faltam argumentos favoráveis. Houve enxugamento de mão-de-obra nas empresas, intensificação do trabalho que redundou em ganhos de produtividade não repassados, na maioria das vezes, para os empregados, e ampliação do uso de horas extras. Ao mesmo tempo, sabe-se que mantida a produção, a redução imediata do trabalho impõe a abertura necessária de mais vagas. No limite, seria, inclusive, possível acabar com o desemprego no Brasil com jornada de trabalho semanal de 28 horas, o que equivaleria a 1.344 postos de trabalho ao ano.

Seria uma utopia para o capitalismo *tupiniquim*, ou algo possível de ser alcançado, quando sabe-se que metalúrgicos alemães de uma grande empresa automobilística possuem jornada semanal de 28 horas? A palavra está, mais uma vez, com as instituições de representação dos interesses dos trabalhadores, pois dificilmente trabalhar-se-á no Brasil se precisar depender da disponibilidade do empresariado e muito menos do atual governo.

Marcio Pochmann é professor do Instituto de Economia da Unicamp/SP e pesquisador do Cesis.
Correio eletrônico: pochmann@eco.unicamp.br

Cualtone



A pauta trabalhista e sindical do ano 2000

Num Legislativo majoritariamente governista, FHC tenta impor sua agenda de regressão trabalhista e desmonte sindical

ALDO REBELO

O Congresso Nacional deve manter, neste ano, a agenda imposta pelo Executivo, que avança na quebra total dos direitos dos trabalhadores, no dismantelamento da estrutura sindical, no arrocho salarial e na drástica redução dos direitos previdenciários – principalmente com a instituição do tempo de contribuição e do fator previdenciário. Os servidores públicos continuarão sob a mira do governo, que insiste no desconto previdenciário aos inativos e no congelamento dos salários, que já dura cinco anos.

A base governista, majoritária no Legislativo, não hesitou em aprovar

vários retrocessos: trabalho temporário e parcial, demissão voluntária, comissões de conciliação prévia, banco de horas, entre outras. Neste ano, deverá dar continuidade à aprovação de todas as medidas propostas pelo atual governo nas áreas trabalhista e sindical. Sob a alegação da necessidade de conter o déficit público, elas visam precarizar o trabalho e quebrar os sindicatos, em proporções jamais vistas na história.

GOLPE NA CONSTITUIÇÃO

A medida mais recente anunciada

por FHC é o envio ao parlamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) alterando o artigo 7º da Constituição. Ela impõe a chamada “livre negociação”, extinguindo a proteção legal dos trabalhadores brasileiros, alcançada ao longo de décadas de lutas. Por ela, a negociação de direitos trabalhistas, como 13º salário, FGTS e pagamento de férias, terá que ser feita exclusivamente entre patrões e empregados.

O Congresso também deverá examinar, neste ano, a proposta apresentada pelo ministro do Trabalho que extingue o benefício do abono-salarial, previsto pela Lei

Artigo 7º da Constituição, que garante os direitos trabalhistas, está na mira

nº 7.998/90, e a multa de 40% sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Além disso, farão parte da agenda legislativa deste ano:

* PEC 623/98 (do Poder Executivo), que altera o artigo 8º da Constituição, instituindo o pluralismo sindical e acabando com o poder normativo da Justiça do Trabalho. Essa proposta sintetiza toda a concepção neoliberal do atual governo, que busca aniquilar o sindicalismo e a mínima proteção legal conferida pela Justiça do Trabalho.

* PEC 7/99, do senador Osmar Dias, em apreciação na Câmara, que objetiva alterar o inciso XXIX do artigo 7º da Constituição Federal. Conforme esse inciso, o prazo prescricional para as ações dos trabalhadores urbanos é de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato. Já para os rurais, estabelece-se apenas o limite de dois anos após a extinção do contrato, não ocorrendo a prescrição de direitos. Esse tratamento diferenciado dado ao trabalhador rural, cuja relação de trabalho é cada vez mais precarizada, consiste numa medida louvável, que agora quer se extinguir.

* Projeto de Lei Complementar (PLC) 434/99, do Poder Executivo, que disciplina a perda do cargo público por insuficiência de desempenho (já aprovado na Câmara, encontra-se no Senado). Ele estabelece novos critérios de avaliação dos servidores dos três poderes para que se possa efetivar demissões por insuficiência de desempenho, conforme o previsto na Emenda 19.

* PLC 57/99 (do Poder Executivo), que disciplina o regime de emprego na administração federal, extinguindo a universalidade do instituto do concurso público e impondo o regime celetista aos servidores. Isto significa o retorno ao empreguismo, ao clientelismo e à

falta de profissionalização na administração pública.

* PLC 9/99 (do Executivo), que regulamenta o regime de previdência privada complementar, impondo regras draconianas e prejudiciais aos trabalhadores. Além disso, ele afronta a Constituição, ao não prever a participação de representantes dos trabalhadores no Conselho Monetário Nacional quando o órgão for decidir sobre a aplicação dos recursos provenientes dos fundos de pensão, nem nos órgãos de regulamentação e de fiscalização do regime de previdência complementar.

* PEC 85/99 (do Executivo), que desvincula créditos orçamentários, dando continuidade ao Fundo Social de Emergência, aprovado em 94, e ao Fundo de Estabilização Fiscal, aprovado em 96. Com isso, os recursos destinados obrigatoriamente às áreas sociais passarão a ser usados para pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

* PEC 136/99 (do Executivo), que é a mais nova tentativa de impor a contribuição dos inativos e pensionistas do serviço público. O governo tentou impor essa cobrança por lei, mas a manobra foi rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal.

* PEC 137/99 (do Executivo), que busca permitir o estabelecimento de limites inferiores ao teto constitucional para remuneração, subsídio, provento ou pensão, aplicável aos três poderes e ao Ministério Público.

MEDIDAS DRACONIANAS

Além dessas matérias, serão necessárias várias leis para regulamentar a Emenda Constitucional nº 20, que trata da reforma da previdência, e a nº 19, que implantou a reforma administrativa – dois duros

retrocessos nos moldes do ajuste neoliberal. O Congresso também deverá examinar várias medidas provisórias prejudiciais aos trabalhadores. Tudo indica que o valor do salário mínimo será fixado por MP, como vem ocorrendo nos últimos anos em que o Legislativo abdicou de seu dever e prerrogativa, deixando o Executivo legislar sobre o tema. Outras medidas provisórias em discussão:

* MP 1.950-60, publicada no Diário Oficial da União de 04/02/2000, dificulta a negociação coletiva, impedindo a existência de cláusula de reajuste salarial automático, obrigando que qualquer antecipação seja descontada na data-base.

Também reafirma o efeito suspensivo para os recursos impetrados no Tribunal Superior do Trabalho. Com isto, o governo dá aos patrões a possibilidade de obstruírem uma decisão de qualquer tribunal, adotando o recurso ao TST. Ela representa a volta de um mecanismo autoritário existente na ditadura militar.

* MP 1.986-1, publicada em 12/01/2000, trata do direito à opção de inclusão no FGTS e no seguro-desemprego dos trabalhadores domésticos. Seria apenas uma opção e não obrigação do empregador. Além disso, o recurso só poderá ser sacado no caso de dispensa sem justa causa, não ocorrendo nas outras hipóteses previstas legalmente – aposentadoria, doença grave, aquisição de moradia, etc.

* MP 1.982-66, de 11/01/2000, dispõe sobre a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR).

* MP 1.952-19, de 06/01/2000, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre trabalho em tempo parcial, suspensão do contrato de trabalho e programa de qualificação profissional.

Aldo Rebelo é deputado federal do PCdoB/SP e presidente da Comissão de Relações do Trabalho do Parlamento Latino-Americano (Parlatino)



Qual o papel da classe operária na atualidade?

Com grande repercussão na mídia, o livro “Marxismo sem utopia”, do professor Jacob Gorender, recolocou na berlinda a estratégica questão sobre o papel da classe operária. Dada a importância do tema, a “Debate Sindical” abriu suas páginas a três intelectuais de prestígio – inclusive ao próprio autor da controvertida obra – para polemizar e aprofundar a reflexão sobre o assunto

JACOB GORENDER

Alexandre Machado

Balanço histórico de

“Ontologicamente, pelo seu próprio ser, o proletariado é

A atribuição ao proletariado da tarefa de liderar e realizar a revolução socialista já circulava nos meios socialistas da Europa Ocidental quando Marx e Engels iniciaram sua atividade intelectual e política. Marx fez sua esta idéia. A primeira fundamentação que lhe deu teve caráter nitidamente pré-científico. Na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, o proletariado aparece como messiânico redentor judaico-cristão e a revolução socialista é focalizada como *imperativo categórico*. Esta fundamentação nitidamente ética e kantiana se prolonga nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, com a diferença, sem dúvida significativa, da utilização do conceito hegeliano de *alienação* como suporte explicativo da situação de opressão vivida pelo proletariado.

Marx, nisto decisivamente ajudado por Engels, logo percebeu a insuficiência da fundamentação ética, uma vez que o sistema capitalista, em meados do século XIX, já era conceitual e historicamente justificado por uma teoria econômica superiormente refinada – a economia política clássica de Adam Smith e David Ricardo. Ainda mais que, do lado do proletariado, o maior avanço teórico se consubstanciava nas utopias de Fourier, Saint-Simon e Proudhon. Aceitando o desafio, Marx se lançou à tarefa de superar o socialismo utópico e fundamentar na ciência a necessidade da revolução socialista e a missão revolucionária do proletariado. O que pretendeu conseguir com sua magna obra *O capital*.

Hoje, no limiar do século XXI, não se pode deixar de comprovar que

Marx ficou no meio do trajeto entre a utopia e a ciência. Ao contrário do que pretendia, não se desprendeu, senão parcialmente e, sob certos aspectos, muito parcialmente, da carga utopista herdada do movimento socialista da primeira metade do século XIX. Se é verdade, como penso, que *O capital* é a mais abrangente e profunda análise de uma formação social, também o é que Marx ali só chegou a provar que o proletariado é uma classe *explorada* pelo capital – a classe produtora do valor e da mais-valia, fonte principal da acumulação do capital. Não conseguiu provar, porém, que o proletariado é uma classe revolucionária. A idéia de que, por ser explorado, o proletariado é necessariamente revolucionário decorre de uma extrapolação lógica arbitrária, inserida na exposição marxiana pela motivação utópica e profética, sem relação com argumentos científicos.

Também Lênin se defrontou com a dificuldade de associar proletariado com revolução socialista. Diante de fatos empíricos inequívocos, Lênin não pôde deixar de concluir que, *espontaneamente*, o proletariado não atinge nunca a consciência socialista. Seu limite superior de consciência espontânea é a consciência sindical, essencialmente reformista. Como, então, ultrapassar tal obstáculo? Uma vez que a teoria socialista é um produto da intelectualidade (*intelligentsia*, na acepção russa), é preciso levá-la ao proletariado e ganhá-lo para ela. Na sua obra *Que fazer?*, ele tomou emprestada de Kautsky a tese segundo a qual a consciência revolucionária pode ser introduzida no proletariado de fora para dentro,

A possibilidade de constituição de um novo sujeito da revolução socialista reside na formação de um bloco amplo de assalariados sob a liderança dos assalariados intelectuais

uma tese marxista

uma classe reformista... o que não equivale a ser passivo”

por um partido de vanguarda.

O artifício teórico kautskyano-leninista tem tudo a ver com a filosofia idealista e nada com a filosofia materialista dialética. Se a consciência é determinada pelo ser, então a consciência sindical-reformista do proletariado é determinada pelo ser do próprio proletariado. Lênin se esquivou de chegar à conclusão incontornável de que o proletariado espontaneamente não vai além da consciência sindical porque *ontologicamente*, isto é, pelo seu próprio ser, é uma classe reformista.

O que nada tem ou devia ter de surpreendente. O proletariado faz parte intrínseca do sistema capitalista. Este não pode existir sem explorar o trabalho. O proletariado tem seu lugar indispensável neste sistema e luta para fazê-lo o mais confortável possível, nas condições históricas existentes. O fato de ser reformista não equivale a ser passivo. Bem ao contrário, o proletariado tem demonstrado grande combatividade e, graças a ela, tem conseguido notáveis conquistas. Não fosse isso, ainda estaríamos vivendo nas condições horríveis da primeira revolução industrial inglesa. Mas isto não equivale a ser revolucionário, a lutar pela transformação social mais radical, que suprime o próprio sistema capitalista.

A experiência histórica concreta demonstrou, mais do que suficientemente, que o proletariado é tanto mais reformista quanto mais poderoso. Foi justamente nos países mais desenvolvidos industrialmente que o proletariado mais incisivamente rejeitou idéias revolucionárias e mais empenho manifestou na conquista, no segundo

pós-guerra, do chamado Estado do bem-estar social, o *Welfare state*.

O mito do proletariado revolucionário se alimentou nas interpretações retóricas da Comuna de Paris e da Revolução Russa de 1917. Ambas constituem fatos históricos casuais e irrepetíveis, tendo a ver com situações catastróficas do Estado burguês, *em consequência da derrota devastadora na guerra*. No caso da Comuna, tratava-se de um proletariado originário de pequenas manufaturas, heróico porém impotente para consolidar-se no poder. No caso russo, a historiografia soviética se incumbiu de inflar a atuação do proletariado. Se afastarmos semelhante falsificação, não será difícil perceber que a revolução teve sua base social fundamental no campesinato, que constituía mais de 80% da população. Os 74 anos de regime soviético não se caracterizaram pela utópica ditadura do proletariado, nunca concretizada, mas pela muito real ditadura do partido bolchevique-stalinista.

O proletariado, no conceito de Marx e Engels, inclui todos aqueles que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de um salário. Mas eles tiveram em vista, primordialmente, o proletariado industrial. A ênfase nos operários fabris se mostrou funcional durante mais de um século para os partidos de inspiração marxista, na medida em que cresciam em número nos países industrializados e aumentava seu peso político e social. Mas esta situação sofreu mudança brusca no último terço do século XX.

Não há como contestar os numerosos dados factuais que demonstram o encolhimento e

definhamento do proletariado industrial. Nos países capitalistas mais desenvolvidos, verifica-se considerável redução relativa e também absoluta do seu contingente. O fenômeno é de grande significação não somente sob o estrito aspecto quantitativo, mas sobretudo sob o aspecto da indicação de uma tendência. A tendência ao enfraquecimento do proletariado industrial como classe social, o que se manifesta no notório debilitamento mundial dos partidos de base operária e do movimento sindical.

Creio inúteis os esforços em prol da salvação *teórica* do proletariado. O enfoque arbitrário do conceito, sua ampliação aleatória ou a invenção de uma nova classe trabalhadora não conduzem a nenhuma pesquisa séria, nem a qualquer ganho de clareza na luta prática.

No entanto, o sistema capitalista domina o planeta e introduz, dia a dia, novas formas de barbárie na vida dos povos. A necessidade da luta pelo socialismo não se atenua, mas se incrementa. É indispensável ter clareza a respeito de um novo sujeito revolucionário, que tome o lugar da tese marxista que atribuiu a missão revolucionária ao proletariado. Se este vem definhando, observa-se, ao mesmo tempo, que, nos países mais avançados do sistema capitalista, o contingente de trabalhadores assalariados perfaz entre 75 e 90% da PEA.

A possibilidade de constituição de um novo sujeito da revolução socialista reside na formação de um bloco amplo de assalariados sob a liderança dos assalariados intelectuais. Não tenho aqui a possibilidade de abordar com detalhe esta proposição. Permito-me apenas lembrar que o fiz no meu recente livro *Marxismo sem utopia*.

Jacob Gorender foi professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP e é autor de diversos livros, entre eles o clássico "O escravismo colonial"

RICARDO ANTUNES

Atualidade da revolução

A classe trabalhadora é decisiva pelo papel que

A revista *Debate Sindical* tomou a iniciativa positiva de debater o papel da classe operária hoje. Ela ainda é o agente central da revolução? Ou teria perdido este estatuto de centralidade? Respondo diretamente a questão: no capitalismo contemporâneo, dotado de uma lógica destrutiva sem limites, o centro da transformação social está fundado no conjunto da classe trabalhadora (nela incluído o proletariado industrial).

É curioso que enquanto se amplia enormemente o conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, em escala mundial, tantos autores têm dado adeus ao proletariado e defendido a idéia do fim de uma emancipação humana fundada no trabalho. O que aqui apresentaremos é um caminho inverso, procurando evidenciar a tese da potencialidade da revolução dos trabalhadores.

Começamos com uma questão central: qual é a conformação atual da classe trabalhadora? Muitas vezes Marx (e também Engels) definiu a classe trabalhadora e o proletariado como sinônimos. Podemos dizer que, na Europa de meados do século XIX, os trabalhadores assalariados que inspiraram a reflexão de Marx e Engels foram fundamentalmente os proletários industriais, o que permitiu um uso indiferenciado entre classe trabalhadora e proletariado.

Para conferir validade à tese da potencialidade da classe trabalhadora, o primeiro desafio teórico e político é procurar entender o que é essa classe hoje. Começamos afirmando que ela compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho e que são

despossuídos dos meios de produção, não se restringindo somente aos trabalhadores manuais diretos. Ela hoje incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário.

Ela tem, entretanto, como núcleo central o conjunto do que Marx chamou de trabalhadores produtivos (Capítulo Inédito, VI), que produzem diretamente mais-valia e que participam também diretamente do processo de valorização do capital, através da interação entre trabalho humano e maquinário científico-tecnológico. Este segmento constitui o núcleo central do proletariado moderno. Os produtos da Toyota, Nissan, GM, IBM, Microsoft, etc., são resultados da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, por mais que muitos autores, Habermas à frente, digam que o trabalho abstrato teria perdido sua força estruturante na sociedade atual. Se o trabalho abstrato (dispêndio de energia física e intelectual para produzir mercadorias, conforme disse Marx em *O Capital*) perdeu a sua força, como são produzidos os automóveis da Toyota e os computadores da IBM, só para citar alguns exemplos de grandes transnacionais?

Mas a classe trabalhadora incorpora também o conjunto dos trabalhadores improditivos, novamente no sentido de Marx, cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso capitalista. O trabalho improditivo é aquele que não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto



A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução no trabalho, do trabalho e pelo trabalho. O seu agente central é a classe trabalhadora

dos trabalhadores

exerce na criação de valores

de valorização do capital e de criação de mais-valia, e que, portanto, não cria diretamente valor. Os trabalhadores improdutivos, geradores de um antivalor no processo de trabalho, pertencem ao que Marx chamou dos falsos custos, os quais, entretanto, são absolutamente vitais para a sobrevivência do capitalismo. E eles vivenciam situações que têm similitude com aquelas vivenciadas pelos trabalhadores produtivos.

POTENCIALIDADE REVOLUCIONÁRIA

Se todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve, em nosso entendimento, incorporar a totalidade dos trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho. Por isso, ela hoje é mais ampla do que o proletariado industrial do século passado, embora este – o proletariado industrial moderno – se constitua no *núcleo fundamental* dos assalariados.

O papel de centralidade ainda se encontra, então, nos núcleos de trabalhadores produtivos, do trabalho social e coletivo que cria valores de troca, que gera a mais-valia. Esta condição, dada pelo papel decisivo no processo de valorização do capital, confere à classe trabalhadora *objetivamente* uma *potencialidade revolucionária*. Ele participa direta e centralmente da criação do valor e, por este papel de centralidade, é que ontologicamente pode se constituir como classe capaz de eliminar o capital. Trata-se da potência constituinte do trabalho

vivo em interação com a potência constitutiva do trabalho morto. Esta forma de ser do trabalho lhe confere, subjetivamente, no universo teleológico, a possibilidade de ruptura com o capital e suas formas de dominação e de exploração.

Não é demais repetir: a classe trabalhadora, para Marx, é ontologicamente decisiva pelo papel fundamental que exerce no processo de criação de valores. E na materialidade mesma do sistema, e pela potencialidade subjetiva que isso significa, que o seu papel se torna central. E ela só poderá perder esta condição se e quando o trabalho abstrato deixar de ser central para a reprodução do capital. O que é uma abstração vazia dentro do capitalismo. E esta potencialidade não pode ser contestada pela constatação empírica da prevalência do reformismo no proletariado europeu. Até porque há inúmeras demonstrações de sentido revolucionário em grandes contingentes do proletariado asiático, latino-americano e mesmo europeu, como demonstram situações históricas como as do final dos anos 60.

Para concluir este desenho ultra-resumido acerca da conformação atual da classe trabalhadora, devemos acrescentar que ela compreende também aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário, como o proletariado rural e também o proletariado precarizado, que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário em expansão na totalidade do mundo produtivo. E inclui também a totalidade dos trabalhadores desempregados, que o capital desliga da produção.

Naturalmente, não fazem parte dela os gestores do capital, que são

parte constitutiva da classe dominante, pelo papel central que tem no controle e comando no processo de valorização e reprodução do capital, bem como os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação.

A classe trabalhadora tem, portanto, uma conformação mais heterogênea, mais complexificada, vivenciando condições caracterizadas pela intensificação de seu processo de exploração. Durante a vigência do taylorismo/fordismo, os trabalhadores por certo não eram homogêneos; sempre houve homens-trabalhadores, mulheres-trabalhadoras, jovens-trabalhadores, qualificados e não-qualificados, nacionais e imigrantes, brancos e negros, etc., isto é, as múltiplas clivagens que marcam a classe trabalhadora. Deu-se, entretanto, uma enorme intensificação deste processo que alterou sua qualidade, fazendo aumentar e intensificar em muito as clivagens anteriores.

Articular suas condições de objetividade com suas potencialidades subjetivas, este é o grande desafio da revolução do trabalho. Por isso, não podemos concordar com a tese do fim do trabalho e muito menos com o fim da revolução social do trabalho. A emancipação dos nossos dias é centralmente uma revolução *no* trabalho, *do* trabalho e *pelo* trabalho. O seu agente central é a classe trabalhadora. Mas esse é um empreendimento societal mais difícil, uma vez que não é fácil resgatar o sentido de pertencimento de classe, que o capital e suas formas de dominação procuram mascarar e nublar.

Ricardo Antunes é professor de sociologia do trabalho na Unicamp/SP. Publicou recentemente o livro "Os sentidos do trabalho" (Editora Boitempo) e é coordenador da coleção "Mundo do Trabalho"

DUARTE PEREIRA

Com os operários à

Tendencialmente, a classe operária é revolucionária e

Marx e Engels fundamentaram o papel histórico-universal da classe operária em três constatações. A primeira é que sempre alguma classe tem estado à frente do desenvolvimento histórico desde a dissolução das comunidades primitivas. A segunda é que o capitalismo representa, nessa seqüência, a época da burguesia, o modo moderno de exploração do trabalho, baseado na apropriação por empresários capitalistas da mais-valia gerada por operários assalariados. Carrega, porém, uma contradição estrutural: socializa os processos de trabalho e de produção, mas concentra a propriedade e o controle dos meios produtivos. Aqui entra a terceira constatação: os operários, para se libertarem do domínio burguês e progredirem coletivamente, não podem reverter as formas socializadas e tecnologicamente avançadas de trabalho; precisam, ao contrário, estendê-las e aprofundá-las. A solução é socializar também a propriedade e o controle dos meios de produção, repartindo entre os trabalhadores a riqueza gerada e o tempo livre, difundindo a cultura superior, generalizando a participação política.

A condição objetiva da classe operária não a empurra, portanto, a substituir uma opressão minoritária por outra, uma forma de exploração econômica por outra, mas a encabeçar a construção de um mundo radicalmente distinto, socialista, de propriedade compartilhada, trabalho conjunto, atuação solidária. Como classe, não pode agir de outra forma sem negar a si mesma. *Tendencialmente*, é revolucionária e não reformista. É

esta sua missão histórica.

Marx, Engels e seus discípulos mais qualificados ressaltaram também que a expansão mundial do capitalismo intensifica a opressão nacional e o desenvolvimento desigual dos países, acirrando os conflitos entre as frações nacionais e setoriais da burguesia, prolongando a existência de classes pré-capitalistas, como os latifundiários e os camponeses, e acentuando as diferenças na situação objetiva dos operários. Esses processos não contradizem o papel de liderança da classe operária na luta contra o sistema capitalista-imperialista, mas exigem que a classe operária adote uma orientação adequada para aproximar-se das demais classes e camadas trabalhadoras, ou para utilizar as disputas no seio da classe burguesa.

Lênin alertou em *A enfermidade infantil do esquerdismo no comunismo*: “O capitalismo deixaria de ser capitalismo se o proletariado puro não estivesse rodeado por uma massa matizadíssima de elementos que assinalam a transição do proletário ao semiproletário (o que obtém metade de seus meios de existência vendendo sua força de trabalho), do semiproletário ao pequeno camponês (e ao pequeno artesão, ao operário a domicílio, ao pequeno patrão em geral), do pequeno camponês ao camponês médio, etc., e se no próprio seio do proletariado não houvesse setores de um desenvolvimento maior ou menor, divisões de caráter territorial, profissional, às vezes religioso, etc.”

PAPEL HISTÓRICO

Marx, Engels e seus seguidores

A solução não é buscar ilusoriamente uma nova classe para substituir a classe operária, mas redobrar os esforços para ajudá-la a cumprir o seu papel intransferível

frente

não reformista ... esta é a sua missão histórica

fundamentaram o papel histórico da classe operária, por conseguinte, em dois argumentos básicos. O primeiro salienta o interesse objetivo da classe operária na superação do capitalismo pelo socialismo. Inserida numa forma social de trabalho e de produção, a classe operária só pode livrar-se da exploração socializando também a propriedade e o controle dos meios de produção que opera.

Estabelecida a propriedade social dos meios de produção, pelo menos fundamentais, a raiz da exploração capitalista e do poder burguês é arrancada. O interesse específico da classe operária a aproxima, assim, dos demais trabalhadores assalariados explorados indiretamente pela burguesia, dos pequenos produtores autônomos sufocados pelo capital e dos países e nacionalidades oprimidos pelo sistema capitalista-imperialista. Essa comunidade de interesses vitais é a segunda razão para o papel histórico-mundial da classe operária. Classe antiburguesa por natureza, que precisa, para atender a seus próprios interesses, atuar na direção histórica da socialização do trabalho e da propriedade, assim como da superação das desigualdades sociais e nacionais, a classe operária pode, por essas características, aglutinar em torno de si uma ampla maioria social. Não necessita, portanto, ser majoritária para ser hegemônica.

A esses motivos básicos, Marx e Engels acrescentaram algumas razões complementares. Ao se desenvolver no mundo e em cada país, o capitalismo aumenta o número dos operários e seu peso social, concentra-os em grandes unidades produtivas, incute-lhes hábitos de atuação coletiva e disciplinada, eleva

sua instrução formal e sua capacidade de forjar a própria consciência. Facilita, portanto, que se transformem numa força combativa e transformadora. Contudo, algumas dessas características estão sendo revertidas nas últimas décadas, principalmente nos países capitalistas avançados. Assim, é preciso não esquecer que as razões fundamentais para o papel hegemônico e aglutinador da classe operária no combate anticapitalista são as citadas anteriormente. O enfraquecimento de algumas das razões secundárias apenas sublinha a necessidade de que os operários e seus partidos adotem uma orientação correta para que possam consolidar as relações de aliança com as demais classes e camadas trabalhadoras.

TAREFA REVOLUCIONÁRIA

Ainda que a classe operária esteja sofrendo uma redução absoluta e relativa, ela não pode desaparecer, nem tornar-se uma força social irrelevante enquanto o capitalismo perdurar. Não pode haver capitalismo sem as classes fundamentais e contrapostas que o constituem: a classe burguesa e a classe operária, a classe dos produtores diretos assalariados. Ambas já sofreram e continuarão sofrendo mudanças em sua composição interna. Quem não se recorda do debate sobre a emergência de uma fração gerencial ou tecnoburocrática na burguesia? Agora, no trabalho produtivo, cresce a parcela de trabalho intelectual em relação à de trabalho manual; conseqüentemente, a fração qualificada da classe operária assume

uma configuração nova e uma importância maior. Mas é preciso insistir que a ciência só produz mediatizada pelo trabalho.

Os operários não devem ser confundidos, porém, com os trabalhadores assalariados que realizam atividades produtivas indiretas de chefia e supervisão, nem com os trabalhadores assalariados improdutivo que realizam atividades superestruturais, nem muito menos com os trabalhadores autônomos, que possuem uma parte dos meios produtivos que empregam. O conjunto heterogêneo dessas classes e camadas trabalhadoras não pode substituir a classe operária em sua função hegemônica. Ao contrário, esse conjunto pluriclassista só conseguirá unir-se num bloco revolucionário se os interesses diferenciados de seus segmentos forem reconhecidos e se a classe operária encabeçá-lo para proporcionar consistência e perspectiva histórica à luta comum.

Nenhuma classe pode, no entanto, ser revolucionária *espontaneamente*, apoiada apenas em sua prática econômica e em seus interesses particulares e imediatos. A classe operária, que enfrenta uma tarefa revolucionária ainda mais exigente, também não pode cumprir seu papel de vanguarda se uma parcela da intelectualidade não vincula seu destino ao dela para ajudá-la a formar a própria consciência, a construir suas organizações partidárias e sindicais e a elaborar e aplicar uma orientação conseqüente. Onde esse princípio não foi respeitado, a luta revolucionária malogrou ou a construção da nova sociedade socialista retrocedeu. A solução não é buscar ilusoriamente uma nova classe para substituir a classe operária, mas redobrar os esforços para ajudá-la a cumprir seu papel intransferível.

Duarte Pereira é jornalista e autor do livro *Um perfil da classe operária* (Editora Hucitec, 1981)

ANTONIO PRADO

O fim dos empregos: uma

O início de uma nova era sempre convida às especulações em relação ao futuro. Algumas reflexões revelam apenas o entusiasmo com a evolução da capacidade inventiva da humanidade. Outras são menos lúdicas e têm implicações bastante importantes para milhões de trabalhadores, seja em seu benefício ou prejuízo.

Há duas teses muito difundidas a respeito do futuro do trabalho: a do fim do trabalho e a do fim do emprego. Não são em absoluto semelhantes. Uma pode conduzir ao avanço dos trabalhadores; a outra é claramente retrógrada, apesar de se autoproclamar como moderna.

Projetar uma sociedade em que o trabalho humano é substituído pelas máquinas e químicas nos conduz a pensar no avanço da barbárie, em que o desemprego cresce indefinidamente, a miséria encontra seus limites malthusianos, a renda e outras fontes de poder se concentram. O risco é ponderável. Mas se por um lado é verdade que, durante as revoluções industriais os trabalhadores pagaram um preço elevado em termos de desemprego, perda de qualificação e de identidade; por outro, está claro que o trabalho não acabou após nenhuma delas e que as lutas sociais permitiram que parcelas dos ganhos gerados pela mudança tecnológica fossem transformados em redução de jornada de trabalho, melhoria salarial e em políticas públicas distributivas.

Hoje, há os que discutem a sociedade do tempo livre e da renda mínima garantida pelo Estado, como alternativas à barbárie, ao desastre da modernização conservadora. Nessa vertente, a idéia é transformar os ganhos de produtividade, até agora incorporados pelas empresas capitalistas como munição para a



Alexandre Machado

concorrência global, em ganhos sociais que transgridam a vigente racionalidade utilitarista e excludente. Se teremos a barbárie ou se seremos libertados da exploração do trabalho, dependerá do resultado das lutas reais pela apropriação dos resultados do progresso técnico.

REGRESSÃO NEOLIBERAL

Enquanto o debate do fim do trabalho nos leva aos limites da própria ordem social capitalista, o do fim do emprego traduz apenas a perspectiva neoliberal de regredir aos estágios primitivos do capitalismo. Seus teóricos não estão falando do fim do trabalho. Pelo contrário. Pregam que uma vez que a relação assalariada de trabalho está se

Para os teóricos da empregabilidade, os trabalhadores mais "capazes" sobrevivem; já os outros não merecem viver

esvaindo e o chamado emprego fordista – formal, de longa duração, por tempo integral e com salário atrelado à produtividade – está agonizante, as pessoas devem se preparar para o auto-emprego.

Nessa visão, o trabalho como meio de acesso à renda, não é mais um direito social, que deve ser garantido por políticas econômicas orientadas ao pleno emprego, mas passa a depender da postura pessoal de cada um. Aqueles que investirem em sua capacitação, forem ativos em buscar oportunidades de negócios no mercado, que criarem seus próprios "empregos", poderão fugir do desemprego. Assim o que era uma questão social, passou a ser uma questão individual.

A teoria da empregabilidade é uma nova versão da teoria do capital humano – que explicava a renda das pessoas pelo seu nível educacional e

utopia neoliberal

de capacitação. Agora, nessa visão, as oportunidades de trabalho é que dependem do conhecimento acumulado de cada um e de sua postura de empreendedor. Os trabalhadores sagazes saberão identificar o que o mercado necessita e ofertar seus serviços; os outros, serão excluídos! É o pensamento neoliberal em toda sua grandeza: os mais capazes sobrevivem, os outros não merecem viver.

Quando deitamos nosso olhar sobre o mundo real, vemos suas contradições em processo. Enquanto se fala na literatura sobre o fim do trabalho, a economia hegemônica do capitalismo contemporâneo, a norte-americana, debate o crescimento econômico sem fronteiras – o fim dos ciclos econômicos! –, sustentado exatamente pelo progresso técnico. Em crescimento há mais de nove anos, ela já superou várias vezes os níveis que os economistas convencionaram chamar de pleno emprego. A taxa de desemprego é a menor desde a década de 70, em torno de 4% da PEA. Parece excessivo prever o fim do trabalho nessa circunstância.

Mas os defensores do fim do emprego rapidamente usariam esse mesmo fenômeno para cantar loas à superioridade do mercado de trabalho flexível. Comparando EUA

e União Européia, esforçam-se por demonstrar que a geração de emprego é pródiga no primeiro justamente porque a legislação trabalhista é mínima e não distorce o mercado. Os analistas sociais norte-americanos, que têm visão crítica, atribuem o longo período de crescimento ao espetacular aumento do consumo, garantido pelo aumento do crédito e, portanto, da dívida das famílias e não à suposta flexibilidade do mercado de trabalho. Neste caso, está claro que a flexibilidade explica mais o crescimento da desigualdade social naquele país do que os novos empregos, segundo os estudos do Instituto de Políticas Econômicas (EPI) de Washington.

FLEXIBILIDADE NÃO GARANTE EMPREGOS

No Brasil, o fim do trabalho ocorre não pelas contradições atribuídas ao progresso técnico, mas pela sucessão de políticas econômicas sem compromisso social. Temos a absurda situação de milhões de desempregados convivendo com milhões de trabalhadores mal remunerados, fazendo horas extras regularmente para ampliar sua renda. O progresso técnico destrói menos empregos que os choques de juros adotados desde 1992; e do que a irresponsável abertura comercial e a supervalorização da moeda após o Plano Real.

Por sua vez, o fim dos empregos no Brasil pode ser visto no brutal aumento do emprego informal durante os anos 90. Após quase 50 anos de um processo progressivo de organização do mercado de trabalho, com crescimento de vínculos formais no setor privado e público, tivemos uma regressão. Em 1990, 60% dos

ocupados tinham um emprego formal, em 1998, isso caiu para 40%. Inverteu-se o sinal: o mercado de trabalho é majoritariamente informal. Isso não impediu que tivéssemos, durante a década de 90, as maiores crises de desemprego da história do país.

A flexibilidade de fato do mercado de trabalho brasileiro, fruto da negligência do poder público em fazer valer as leis trabalhistas, não nos transformou na fábrica de empregos prevista pelos neoliberais. Pelo contrário, fragilizou as contas públicas e retirou recursos preciosos do Estado que poderiam financiar políticas habitacionais e de infraestrutura urbana; fez crescer o déficit público e, logo, as taxas de juros reais, deprimindo de forma dramática a demanda agregada do setor privado (consumo e investimentos) e, portanto, o crescimento do país; desorganizou as finanças da previdência, desvalorizando as aposentadorias e pensões, mantendo milhões de pessoas – que de outra forma estariam inativas – no mercado de trabalho, pressionando as taxas de desemprego.

A agenda atual exige a redução da jornada de trabalho para que essas ignomínias, como o desemprego crônico, acabem, bem como o combate à negligência em relação às leis trabalhistas, seja ela expressa pela fraude trabalhista ou pela sutil ideologia da empregabilidade. O futuro poderia nos reservar as utopias mais belas do humanismo, com a tecnologia nos libertando das amarras do labor, mas infelizmente, nos tempos atuais, temos que lutar para impedir que as utopias conservadoras, neoliberais, não sejam as vitoriosas.

Antonio Prado é economista-sênior do Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas (Dieese) e professor do Departamento de Economia da PUC/SP

Aumento do mercado informal não impediu as altas taxas de desemprego no Brasil

CARLOS EDUARDO FREITAS

O dragão da maldade contra o santo guerreiro

Desde o seu início, o governo FHC tem atuado de forma agressiva para alterar as relações de trabalho. Segundo alega, o custo do trabalho deve ser reduzido para tornar as empresas mais competitivas no cenário internacional e para permitir a geração de novos empregos. Elegeu-se o custo do trabalho como Cristo. É correto esse entendimento? Parece-nos um profundo equívoco.

As relações de trabalho no Brasil passam, a partir dos anos 90, por uma fase crítica: desemprego, informalidade, rotatividade. Essa triste realidade, que leva ao desespero milhões de brasileiros, sustenta-se num quadro econômico caracterizado pela abertura descontrolada do mercado interno, juros elevados e política cambial que torna o real dependente do dólar. É um quadro que força o desmonte do Estado, por meio da privatização das suas estatais e do não-financiamento de serviços públicos. O patrimônio e as verbas públicas destinam-se cada vez mais ao pagamento de juros e compromissos externos.

Tal cenário, combinado à estagnação econômica, provoca fechamento de empresas, desemprego e intensificação do trabalho. Ao invés de atacar esses fatores com uma política de geração de empregos, o governo FHC volta-se contra a estrutura legal trabalhista, aí incluído o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

PRECARIZAÇÃO DO FGTS?

O FGTS foi criado no governo militar de Castello Branco. A

exemplo das alterações trabalhistas defendidas hoje por FHC, justificava-se, dentre outras razões, na redução do custo de produção e no aumento da produtividade. As semelhanças entre a política de Castello Branco e a de FHC não acabam aí: ambos tomam por meta a estabilização financeira, o combate à inflação e a eficiência do setor público.

Ora, mas o governo militar não fez bem em criar o FGTS? Na época, não! É preciso lembrar que ele surgiu como política de precarização dos contratos de trabalho, já que substituiu, paulatinamente, o regime da estabilidade decenal no emprego, iniciado em 1935. Serviu para reduzir encargos sociais, em que pese basear-se em depósito mensal pago pelo empregador. Ele saía barato ao patronato, acima de tudo porque rebaixava a proteção do trabalhador formal.

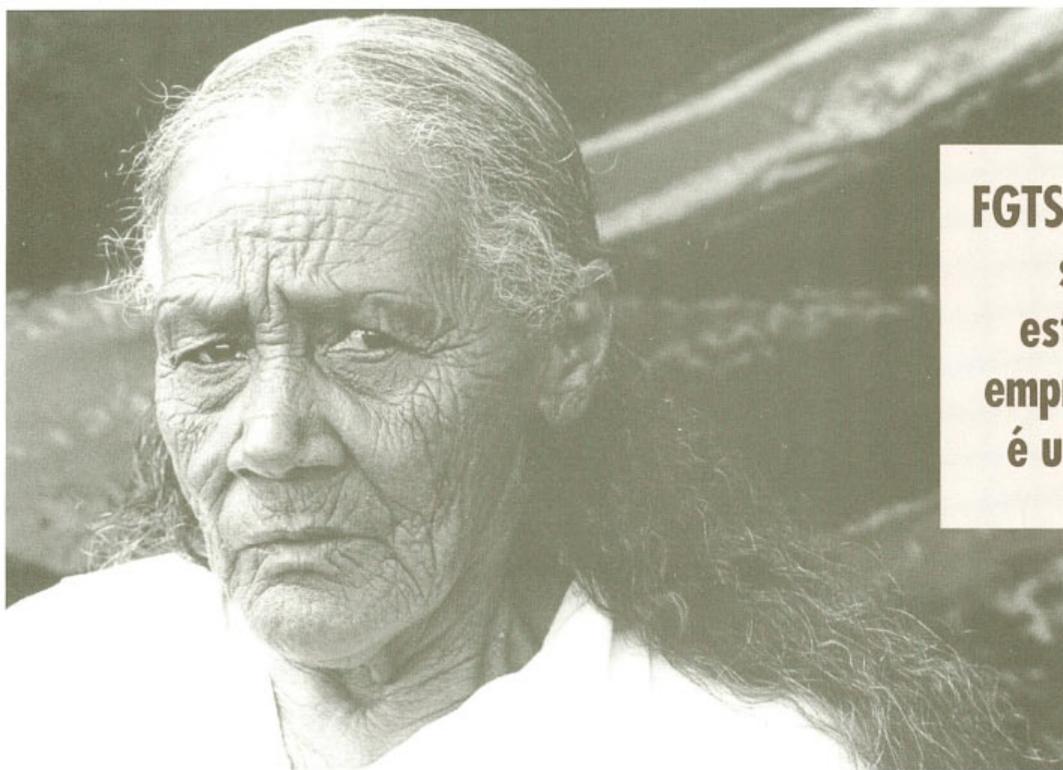
Passado o tempo, e mesmo antes da Constituição de 88, ele tornou-se um importante direito do trabalhador, não apenas pelo que representava, e representa, de fundo

a ser usado após a demissão, mas também por sua natureza de verba rescisória. Referimo-nos aqui aos 40% do FGTS pago pelo empregador ao empregado despedido, como multa pela dispensa. Assegura-se o FGTS até que seja regulamentado o inciso I do artigo 7º da Constituição, que trata da proteção contra a dispensa arbitrária. Ora, o FGTS continua sendo mais barato ao patronato do que a regulamentação contra o arbítrio patronal (e aí não é só o inciso acima, mas o aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, que o Congresso Nacional não regulamentou).

De um sistema que serviu para sacrificar o direito à estabilidade, ele passou, nos dias de hoje, a ser alvo daquela insana e equivocada política oficial de reduzir os custos do trabalho. Exemplo: a lei 9.601/98, idealizada pelo governo FHC e que instituiu o contrato de trabalho temporário, permite a redução do seu depósito de 8% para 2%. Ainda neste sentido, duas propostas oficiosas rondam os gabinetes do

Comparação entre o atual modelo e a proposta do MTE – valores em Reais (Salário mínimo: R\$ 136,00. Tempo do contrato de trabalho: um ano)

O que é previsto hoje:	O que é previsto pela proposta:
FGTS: 142,71 (à cargo do empregador)	FGTS + Novo Fundo + Seguro-desemprego
40% do FGTS: 57,08 (a cargo do empregador)	
Seguro-desemprego: 544,00	
Abono salarial: 136,00	
Total: 879,79	Total: 403,83
Quanto vale a proposta em relação à situação atual: 45,9%	



Kim-In-Sen "Conterrâneos, velho de guerra"

FGTS foi criado para sacrificar a estabilidade no emprego, mas hoje é um importante direito

Ministro do Trabalho e do Emprego (MTE): uma prevê alteração no artigo 7º da Constituição para que a negociação coletiva permita flexibilizar direitos previstos em seus incisos, incluindo o FGTS que, no limite, poderia deixar de existir; outra, mais complexa, confunde o FGTS com o seguro-desemprego e com o abono-salarial, unificando benefícios e reduzindo direitos.

A primeira proposta seria o ápice da tendência oficial de precarização do trabalho. Os direitos trabalhistas, conquistados ao longo de décadas e em parte formalizados no processo constituinte, poderiam ser facilmente sacrificados em negociações coletivas. Corre-se o risco de uma concreta desconstitucionalização de direitos, fragilizando os contratos de trabalho.

DESEMPREGADO É O MAIOR PREJUDICADO

Já a segunda proposta, que atinge diretamente o FGTS, tem como linha básica a unificação de um direito trabalhista com o benefício do seguro-desemprego. Mais uma semelhança entre os governos de Castello Branco e de FHC: ao propor um fundo, o militar imaginou-o como um financiamento ao desempregado. Um caráter

previdenciário, e não exatamente trabalhista, lembrando que, na época, não existia o seguro-desemprego. Outro problema da proposta que repousa na mesa do ministro Dornelles é que a confusão entre direitos sacrificaria o caráter financiador de habitação popular e saneamento público do FGTS.

A proposta prevê a criação de um fundo alimentado pelo FGTS e por um "suporte" financeiro por parte do Estado. O valor desse suporte seria pago pela empresa ao Estado no caso de haver dispensa sem justa causa, como uma forma branda de punição contra a empresa. Ora, esse tipo de dispensa é predominante nas relações formais de trabalho e é a marca da rotatividade de mão-de-obra, o que provocaria um contínuo repasse de verbas do empregador ao Estado, e compensaria, em muito, o gasto, ou "suporte", correspondente às verbas incumbidas a este último.

Ou seja: a empresa continuaria a pagar a quantia que hoje paga por suas obrigações, com a exceção da

Proposta do MTE reduz os valores dos benefícios e amplia as desigualdades sociais

multa de 40%, desaparecida na proposta encomendada pelo MTE. Ocorre que o pagamento não mais se destinaria diretamente ao trabalhador, mas ao Estado que, por sua vez, "pouparia" em duas ocasiões: a primeira na verba que deixa de ser paga como abono-salarial, e a segunda com a redução do pagamento do seguro-desemprego (ambas as parcelas previstas na lei 7.998/90). Com isso, o trabalhador perderá exatamente no momento de maior necessidade – no desemprego (vide tabela).

A proposta do MTE deve ser combatida por ser mais um meio de redução de direitos trabalhistas e de benefícios de natureza previdenciária, por introduzir redutor aos valores dos benefícios e, por essas razões, ampliar as desigualdades sociais. O FGTS, que serviu na sua origem para precarizar as relações do trabalho, é hoje um direito fundamental do trabalhador. O governo neoliberal de FHC, ao tentar extinguir ou reduzir este e as demais conquistas trabalhistas, confronta-se com os interesses dos assalariados, cujos direitos constituem-se em instrumento de emancipação e de promoção de cidadania.

Carlos Eduardo Soares de Freitas é advogado e assessor técnico da bancada federal do PT

JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO

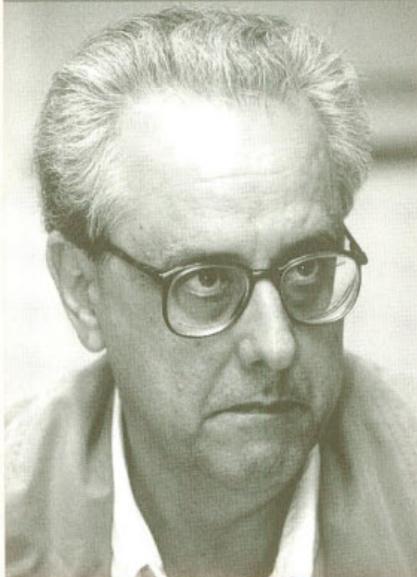
Um livro, uma medida provisória e uma frase

Recentemente foi publicado na França um livro que contesta frontalmente o pluralismo sindical e o faz apoiado na análise concreta de experiências da atualidade. Jean-François Amadiou, professor na Sorbonne e consultor do governo francês e da OIT, ao denunciar em *Les syndicats en miettes* ("Os sindicatos pulverizados", Editora Seuil, 1999) o fracionamento e enfraquecimento do sindicalismo da França, investe contra a pluralidade sindical como prática e como instituição. Ele apresenta tabelas com informações atuais e contundentes referentes a vários países.

Demonstra que quanto maior o grau de pluralismo, menor é a taxa de sindicalização e maior a taxa de conflitos (inclusive intersindicais). Recomenda uma reorientação unicitária para o sindicalismo. Eu mesmo já havia participado de uma reunião na França, em janeiro de 1997, promovida pelo grupo Ressay, que luta pela unidade sindical, onde Henri Krasucki (ex-secretário geral da CGT francesa) fundamentara as posições contra o pluralismo.

EFEITO SUSPENSIVO

Enquanto isto, parece que no Congresso Nacional brasileiro um cambalacho de última hora atenderá ao presidente da República, que quer manter o seu imperial poder de editar medidas provisórias. Os números são assustadores: ele já editou 189 medidas provisórias originais e reeditou 3.183, sendo que 537 com alterações. Do total de medidas, apenas 149 foram transformadas em



**Tabelas atuais
demonstram
os riscos da
fragmentação
dos sindicatos**

lei, ou seja, menos de 5% delas foram votadas pelo Legislativo.

Das muitas que não foram votadas, mas reeditadas sucessivas vezes (com modificações), quero novamente chamar a atenção para a medida provisória 1950-60, de 15 de fevereiro de 2000. Ela "dispõe sobre medidas complementares ao Plano Real" (lembra-se?, tendo tido a numeração inicial de 1053 e já reencarnada 60 vezes durante os últimos cinco anos. Embora seja uma medida de indexação financeira, ela proíbe expressamente (artigo 13) qualquer "reajuste ou correção salarial automática vinculada a índice de preços".

No artigo 14, como um supositório, foi introduzida esta determinação: "O recurso interposto de decisão normativa da Justiça do Trabalho terá efeito suspensivo, na

medida e extensão conferidas em despacho do presidente do TST". Inócua? Nada disto. Ela já foi disparada mais de 780 vezes, 350 das quais no ano passado.

Em São Paulo, por exemplo, uma das vítimas foram os trabalhadores da Sabesp e a sua entidade de classe, o Sintaema. Um efeito suspensivo do TST anulou várias conquistas da categoria, forçando a uma longa greve, em janeiro. Posteriormente, o próprio TST considerou a paralisação abusiva, permitindo à empresa demitir funcionários por justa causa e condenando o Sintaema a pagar multas!

CONCILIAÇÃO PRÉVIA?

O movimento sindical começa a se preocupar com este descalabro e a agir contra ele, exigindo que o Congresso Nacional – que quer limitar o arbítrio das medidas provisórias – a vote imediatamente com a supressão destes artigos. Ao mesmo tempo, começa a tomar corpo a idéia de, pura e simplesmente, extinguir o próprio TST.

E a frase? Em longo artigo no jornal *O Estado de S.Paulo*, de 13 de fevereiro passado, Edward Amadeo elogia a recente lei que determina a criação das comissões de conciliação prévia, mas confessa que "um passo adicional deveria ser dado na seguinte direção: a comissão verificaria o cumprimento dos contratos a cada ano, com homologação do Juiz, não cabendo recurso após o fim do contrato" (grifo meu). Mais claro, impossível.

Que o diga a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), que já correu o risco de perder a possibilidade de reclamar os direitos da sua base após os cinco anos de inscrição.

João Guilherme Vargas Netto é consultor sindical de diversas entidades de São Paulo

Desemprego: saídas à esquerda



Picasso, 1921 | *Lecture de carte*

O Centro de Estudos Sindicais (CES) promoveu, nos dias 25 e 26 de fevereiro, o seu seminário nacional, sob o título: “Desemprego: como enfrentá-lo?”. O evento ocorreu na sede do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, na capital paulista, e contou com a participação de 118 inscitos, representando 37 entidades sindicais de nove Estados (Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas

Seminário do CES reuniu intelectuais, parlamentares, juristas, governantes e líderes sindicais para debater a questão do desemprego

CLÁUDIO GONZALEZ

Gerais, Bahia, Ceará e Pernambuco). O seminário teve quatro mesas temáticas: no dia 26, pela manhã, foram discutidas as causas, efeitos e tendências

do desemprego. No período da tarde, falaram os representantes do Legislativo, Executivo e Judiciário sobre iniciativas e projetos concretos de combate a este drama social. No dia seguinte, os participantes debateram “bandeiras, formas de organização e de luta” e “o papel das centrais sindicais”. O evento foi aberto pelo vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros, Murilo Pinheiro.



Causas, efeitos e tendências

“Se o marxismo foi superior em algo, em relação às outras formulações da esquerda, foi pela capacidade de pensar nessas duas dimensões da luta societal: o presente e o futuro, de modo articulado”. Com essa constatação, o professor e sociólogo Ricardo Antunes iniciou sua exposição no seminário nacional do CES. Lançando mão dos ensinamentos de Marx, lembrou que o pensador alemão nos mostrou que o capitalismo sempre cria mecanismos pelos quais uma parte da força de trabalho se converte num *exército industrial de reserva* – aquela parte que está desempregada. Isso permite ao capitalista rebaixar os salários, as condições de vida e fragilizar a luta dos trabalhadores.

“Então, não é novidade que o

desemprego seja ou se constitua como um traço intrínseco deste sistema. Nunca houve pleno emprego no capitalismo”, argumenta Antunes. Apesar da ressalva, ele acha que, nos últimos 25 anos, o capitalismo ganhou novos elementos, aumentando e acentuando o seu traço destrutivo. “Esses novos elementos fazem com que haja atualmente 1,2 bilhão de pessoas precarizadas e/ou desempregadas”, revela o professor da Unicamp.

NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO

Segundo Antunes, as rebeliões sociais ocorridas na Europa, no final da década de 60, puseram o dedo na

ferida do capitalismo ao evidenciar a inviabilidade deste modo de produção e ao reivindicar o controle social da produção. Para superar a crise do sistema, que estourou em meados da década de 70 e dura até hoje, o capital criou mecanismos visando derrotar as lutas operárias, repor seus níveis de acumulação e impor um projeto político-ideológico à sua imagem e semelhança. Ele fez estes três movimentos através do neoliberalismo e da reestruturação produtiva. Ambos seriam “partes distintas de um mesmo processo de reestruturação econômica, política e ideológica do capital”, explica.

No entender de Antunes, o capital tem ciclos de expansões e crises. “Nas épocas de retração, há

AS CIFRAS DO DESEMPREGO

O mais recente relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) revela que existem 1,2 bilhão de desempregados e subempregados no mundo. O relatório anterior apontava a cifra de 1 bilhão. Já outro estudo, elaborado por Marcio Pochmann, da Unicamp, indica que o Brasil pulou de quinto para terceiro lugar no planeta com as maiores taxas de desemprego. Nas sete principais regiões metropolitanas do país, o índice está por volta dos 20% da PEA.

Segundo estudo do economista Jorge Mattoso, durante os anos 90 foram queimados 3,3 milhões de empregos no Brasil, sendo que desde que FHC assumiu, em 95, foi contabilizada uma queima de 1 milhão e 800 mil empregos formais no país. O desemprego hoje atinge



um em cada cinco habitantes das grandes cidades. A informalidade atinge outros dois em cada cinco. O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) considera que há hoje 57 milhões de brasileiros (35% da população) abaixo da linha da pobreza. Destes, 17 milhões vivem em condições de miséria absoluta.

Mesmo nos setores que não

sofreram com a crise econômica, o desemprego cresceu. É o caso do setor bancário, que vive uma fase de altíssima lucratividade. Mesmo assim, demitiu barbaramente no último período. Na década de 80, havia cerca de 920 mil bancários no Brasil, hoje há menos de 450 mil. Isto ocorreu basicamente devido ao processo de automação sob o controle do capital.

O desemprego é um mal intrínseco ao sistema capitalista. O neoliberalismo agravou ainda mais este que é o maior problema da humanidade no final do século

uma queima de recursos para um novo salto de acumulação. É assim que o capitalismo, de algum modo, se repõe. E, nessa queima de recursos, entram os recursos humanos num incêndio coletivo de proporções catastróficas. Sendo assim, para o capital desempregar um bilhão de pessoas é apenas uma lógica intrínseca da empresa enxuta. Citando alguns números: em 89, produzia-se 1 milhão de veículos no Brasil e, em 94, 1 milhão 630 mil veículos; só que no mesmo período havia 143 mil trabalhadores nas montadoras e hoje há somente 115 mil. O capital é um *frankstein* sem alma e não adianta pedir-lhe para que seja mais humano. Essa é a tragédia da social-democracia”, alfineta.

Na parte final de sua intervenção, Ricardo Antunes falou sobre as perspectivas da luta contra o desemprego, concluindo que ela está indissociavelmente ligada à luta pelo socialismo. A mesma opinião foi compartilhada pelo jornalista Altamiro Borges, membro da coordenação do CES, que dividiu a mesa neste primeiro tema do seminário.

ARGUMENTOS FALSOS

Para Borges, o desemprego é o



Murilo Pinheiro, vice-presidente do Sindicato dos Engenheiros, faz a abertura no primeiro painel do seminário

maior problema da humanidade nesse final de século. “E a tendência é que ele se agrave e não o contrário. No passado, em alguns países, o nível de desemprego era mais baixo. Aqui mesmo no Brasil, onde nunca houve um ‘Estado de Bem-Estar Social’, depois da II Guerra houve aumento do trabalho assalariado e formal. Hoje, apesar do crescimento demográfico menor e da queda no êxodo rural, o desemprego atinge os maiores índices da nossa história. O mesmo ocorre no mundo todo. Cada relatório da OIT apresenta sempre contingentes maiores de desempregados e subempregados, tanto que o último fala num ‘panorama desalentador’”.

Se há consenso sobre a gravidade do problema, o mesmo não ocorre quando se discutem as causas deste fenômeno. Borges lembra que o governo e o patronato batem muito em duas teclas: a de que o desemprego deriva do chamado “custo Brasil”, gerado pela rígida legislação trabalhista, e a de que estaria vinculado à baixa qualificação dos trabalhadores. Para ele, estes dois raciocínios são falsos.

“Em primeiro lugar, porque o mercado de trabalho no Brasil não tem nada de rígido. Ao contrário, nossa legislação é das mais flexíveis do planeta, tanto que a rotatividade no emprego é recórdista no mundo.

Também não é verdade que o custo do trabalho seja elevado. Vários estudos, como os de Marcio Pochmann, indicam que os encargos sociais equivalem a 23% dos salários, menor do que a média mundial, que é de 30%. Se já temos os salários mais baixos do mundo, sobre os quais incidem os encargos, então a mão-de-obra no Brasil é uma das mais baratas do mundo”.

Quanto à questão da formação profissional, ele cita um relatório recente do Seade que demonstra que quem está sofrendo mais com o desemprego em São Paulo são as pessoas com nível de instrução secundária e cursos de qualificação. “Então, como se pode afirmar que o desemprego decorre da má formação se quem está perdendo o emprego são exatamente as pessoas com maior escolaridade e que têm certa formação profissional”.

Para Borges, a principal causa do desemprego avassalador dos últimos anos deriva da política econômica do governo. “Entendo que ela é a principal causa, mas não a exclusiva. Há uma questão de fundo já tratada por Antunes. É a questão da lógica interna do sistema capitalista, que é geradora de desemprego. Entretanto, para derrotar essa política econômica conhecida como neoliberal, precisamos unir o máximo de forças e reverter essa tendência”.



Executivo, Legislativo e

A segunda parte do seminário contou com a participação de representantes dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Nivaldo Santana, deputado estadual do PCdoB/SP e integrante da Comissão de Relações de Trabalho da Assembléia Legislativa, falou sobre a ação dos setores progressistas do parlamento no combate ao desemprego.

Ele fez questão de marcar sua intervenção com duas ressalvas: a primeira diz respeito à relação entre os poderes. Segundo ele, os três poderes harmônicos e independentes, cada um cumprindo o seu papel, é pura fachada no Brasil. "O Executivo Federal é um superpoder, exorbitando de suas funções e governando por intermédio de medidas provisórias. O Legislativo se limita a votar os projetos do Executivo", afirmou o deputado. Outra ressalva: as medidas propostas no âmbito do Legislativo têm mais o dom de enfrentar o desemprego topicamente, agindo sobre seus efeitos, não tendo condições de dar uma resposta global a esse problema. Para o deputado, uma proposta fundamental hoje, num país como o nosso, é a retomada do desenvolvimento econômico. "Além desta, há uma série de iniciativas que merecem ser consideradas pois têm o mérito social de, pelo menos, abordar o problema e de diminuir o sofrimento dos desempregados", defende Santana.

A principal proposta, de iniciativa do Legislativo, é a redução da jornada de trabalho. Para Santana, essa é uma questão-chave no combate ao desemprego. Outras medidas – de menor alcance, na opinião do deputado – que ajudam a amenizar a tragédia do desemprego também estão sendo propostas em vários âmbitos do poder Legislativo. Entre elas, cita a isenção do pagamento de tarifas públicas para os



Na mesa, da esquerda para a direita, Floriano Vaz, Nivaldo Santana, Miguel Rosseto e Maurício Borges

desempregados; as frentes de trabalho; a criação de mecanismos que facilitem o ingresso do jovem no mercado de trabalho; a implementação de projetos do tipo Banco do Povo; programas de incentivo à micro e pequenas empresas; e o programa bolsa-escola.

CRESCIMENTO ECONÔMICO

Maurício Borges, secretário de Planejamento de Belo Horizonte (MG), deu prosseguimento ao debate apresentando algumas iniciativas de combate ao desemprego tomadas pela prefeitura da capital mineira. Ele concentrou seu discurso na defesa de uma política de desenvolvimento para o país. Nas contas apresentadas por ele, "há 20 anos estamos crescendo numa média de 2,3% ao ano e isso estaria gerando um desemprego líquido de 3%".

Diante desse quadro nada positivo, o que as prefeituras podem fazer? Segundo Borges, elas têm limitações muito fortes e podem muito menos do que o governo

federal, que detém e domina os instrumentos da política macroeconômica. "Eu colocaria basicamente três tipos de ações que podem ser feitas com repercussões diferentes: a primeira é uma espécie de trabalho social", aponta Borges, relacionando programas de apoio na mesma linha dos citados pelo deputado Nivaldo Santana. Para ele, uma das características desse trabalho social é que ele serve como amortecedor da crise social, mas ele tem uma deficiência estrutural por que não serve como multiplicador de renda.

Outra questão mencionada por Borges é a do gasto público. "O controle do endividamento financeiro do município ajuda a evitar que a longo prazo se tenha uma prefeitura endividada, que promova demissões e paralise obras sociais". Ao lado disso, o secretário cita a dinamização estrutural da capacidade econômica do município. Ter políticas mais estratégicas para os setores exportadores, cujos produtos podem competir no mercado nacional e internacional é, no seu entender, outra maneira de oferecer

Judiciário: propostas imediatas

oportunidades de trabalho e renda para a população local.

EXPERIÊNCIA GAÚCHA

Outra importante contribuição no debate sobre as iniciativas do Executivo foi dada pelo vice-governador do Rio Grande do Sul, Miguel Rosseto. Ele reafirmou as questões levantadas por Maurício Borges e Nivaldo Santana, principalmente no que se refere à necessidade da retomada do desenvolvimento econômico como condição *sine qua non* para se enfrentar o desemprego. Frisou que um dos grandes desafios dos governantes progressistas é o de travar a luta política e ideológica na sociedade brasileira para disputar a idéia de que trabalho, emprego e renda são direitos sociais.

O vice-governador lembrou que a economia gaúcha é, por sua característica agrícola/exportadora, uma das mais agredidas pela política do governo federal. "O impacto é brutal. Para se ter uma idéia, o governo passado dispensou mais de 15 mil servidores em programas de demissão voluntária. Nós bloqueamos esse processo de demissão e o de privatização. Apesar da crise, já no primeiro ano do nosso governo, não só ampliamos os gastos

OPORTUNIDADE PARA OS JOVENS

No segundo semestre de 1999, o Rio Grande do Sul iniciou uma experiência-piloto de primeiro emprego para os jovens. Ela é dirigida exatamente para a juventude desempregada na faixa de 16 a 24 anos. Basicamente, o governo subsidia seis meses de trabalho desse jovem e a contrapartida do empregador é garantir o emprego por mais seis meses: essa é a lógica fundamental!

O salário corresponde aos

sociais em todas as áreas como investimos mais de 10% da receita tributária líquida na área da saúde", comemora. Miguel Rosseto cita ainda o sucesso da implantação do programa de primeiro emprego dirigido aos jovens (veja box).

Finalizando esse painel, falou o presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Floriano Vaz da Silva. O jurista reclamou da falta de ideais humanistas e espírito coletivo em muitos setores da sociedade. Para ele, o Estado tem o dever de retomar sua função política de promover o bem

pisos de contratação firmados pelos sindicatos nos contratos coletivos. O programa só é válido àquelas empresas que não demitiram nos últimos dois anos, exatamente para evitar o processo de rotatividade. E a experiência tem sido positiva. O programa exige uma série de contrapartidas dos jovens trabalhadores e também do empresariado. No caso do jovem trabalhador, por exemplo, ele tem que estudar.

comum; não pode deixar tudo ao sabor do mercado. "O direito do trabalho,

que é a disciplina que eu supostamente tenho obrigação de conhecer, deve passar por uma modernização para não perder a ligação com os acontecimentos nem com a realidade, para que não pereça por completo", afirmou. Pouco depois, explicitou que isso não significa retirar direitos históricos dos trabalhadores. Por último, defendeu como uma alternativa de combate ao desemprego as cooperativas, "mas as verdadeiras e não fajutas as que existem por aí".





Bandeiras, formas de luta e

O último dia do seminário reuniu lideranças sindicais de diversas correntes de pensamento para debater ações e propostas de combate ao desemprego. O primeiro a expor suas opiniões foi João Batista Lemos, integrante da coordenação da Corrente Sindical Classista (CSC) e secretário sindical nacional do PCdoB. Na sua opinião, o sindicalismo deve levantar bandeiras imediatas, mas nunca perder de vista que é preciso lutar pela superação do capitalismo – que é um sistema gerador de desemprego. “Nossa bandeira mais estratégica é a luta em

defesa do socialismo. Ela não pode ser deixada de lado nunca. Devemos erguê-la bem alto, até porque algumas forças políticas estão retirando essa bandeira de suas plataformas e de seus programas”, comentou.

Lemos também enfatizou a importância da unidade no combate ao projeto neoliberal, que agravou a questão do desemprego no mundo. Disse que é preciso dar um novo rumo ao país, o que significa por abaixo o governo FHC e alterar a política econômica em curso. “Precisamos ter uma política que se

Apesar de iniciativas pontuais, limitadas, as centras sindicais não têm conseguido abordar a contento a questão do desemprego

volte para o mercado interno e para o setor produtivo, para o crescimento econômico e para a geração de empregos, para distribuição de renda”.



**REDUÇÃO DA JORNADA,
SEM ABRIR MÃO DE DIREITOS**

Há um grande consenso entre os dirigentes sindicais: o de que a redução da jornada de trabalho seria decisiva para enfrentar o grave problema do desemprego, principalmente em decorrência do avanço tecnológico. Tanto que a CUT, a Força Sindical e a CGT decidiram encaminhar em conjunto uma campanha nacional pela redução da jornada de 44 para 40 horas semanais.

Na Câmara Federal, os deputados Paulo Paim (PT/RS) e Inácio Arruda (PCdoB/CE) já apresentaram uma proposta de emenda constitucional que defende essa medida. Segundo o Dieese, a jornada de 40 horas criaria 1,7 milhão de empregos a curto

prazo. Outros países do mundo, como a França, já adotaram esta medida há algum tempo e obtiveram sucesso, abrindo novos postos de trabalho. Há ainda um outro projeto, do senador Geraldo Cândido (PT/RJ), que defende a redução para 35 horas semanais.

Na opinião de especialistas, a redução da jornada, sem redução de salários e nem de direitos, é o primeiro passo para enfrentar o problema do desemprego.

Entretanto, esta reivindicação deve estar relacionada com as lutas mais gerais por distribuição de renda, reforma agrária, fortalecimento do mercado interno e desenvolvimento econômico independente.

FORMAS DE LUTA

Dito isso, ele passou a elencar bandeiras específicas dos trabalhadores. Voltou à questão da redução da jornada de trabalho, fazendo a ressalva de que esta bandeira deve vir acompanhada de outra, que é a da limitação das horas extras e o combate ao banco de horas. Também citou a luta pelo chamado salário social. “O trabalhador desempregado tem que receber um salário para sobreviver”, explicou. Citou ainda outras bandeiras, como a da reforma agrária, do reajuste salarial e a defesa dos direitos trabalhistas; além de algumas mais específicas, como a luta pelo primeiro emprego, a questão do contrato coletivo nacional e a questão do salário igual para trabalho igual.

Em relação às formas de luta dos trabalhadores, o sindicalista disse que “não podemos descartar a questão da greve geral. Porque para conseguirmos essa plataforma aqui, tem que haver muita luta”. Também condenou as “formas rotineiras e

de organização

institucionalizadas” adotadas por muitos sindicatos e lembrou que o sindicalismo precisa estreitar as relações com os trabalhadores do mercado informal. Apontou como experiência positiva a interface cada vez maior dos sindicatos com o movimento social, tipo associações de bairros, comunidades da igreja, movimentos anti-racista e de gênero, entidades estudantis e o movimento dos sem-terra.

OUTRAS PROPOSTAS

A maioria das propostas defendidas pelo líder da CSC foram compartilhadas pelos representantes das centrais sindicais que expuseram suas idéias posteriormente no seminário. O primeiro a falar foi Francisco Canindé Pegado, secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Ele acrescentou a luta contra as privatizações das estatais, que provocam a desnacionalização sem precedentes da economia e desempregam milhares de pessoas. Também citou o combate ao trabalho infantil e a adoção de uma política mais arrojada de qualificação da mão-de-obra.

Menos enfático na denúncia da política econômica do governo, mas igualmente preocupado com o desemprego, o representante da Força Sindical, Danilo Pereira, citou o Centro de Solidariedade ao Trabalhador, resultado de um convênio com o FAT (Fundo de Amparo aos Trabalhadores), como a principal ação da central na geração de empregos. Na mesma linha dos “empreendimentos” sociais, Danilo citou dois projetos de fruticultura, um no Nordeste e outro no Norte, e algumas experiências nas áreas de turismo, construção civil e no setor sulcro-alcooleiro.

Na seqüência, falou Antônio Carlos Spis, da executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ele valorizou a questão da garantia do emprego nos contratos coletivos de trabalho como forma de combater as demissões. O sindicalista também defendeu mudanças na estrutura sindical. “Ela está ultrapassada”, insistiu. A necessidade da redução da jornada de trabalho também foi lembrada por ele como fundamental para o enfrentamento do desemprego.



Com exceção da Força Sindical, todas as outras centrais culpam a política econômica de FHC pelo aumento vertiginoso do desemprego. O consenso existe na defesa da bandeira da redução da jornada de trabalho

Outro que deu bastante ênfase à redução da jornada foi Robson Gazzola, assessor de imprensa da União Sindical Independente (USI), entidade que representa basicamente os trabalhadores do setor do comércio. Segundo ele, a USI também defende a adoção de um imposto sobre movimentações financeiras. “Pensamos que isso geraria novos empregos”, explicou. Como iniciativa concreta, citou a experiência das cooperativas habitacionais, desenvolvidas pela Federação dos Comerciários de São Paulo, que ajudam a gerar empregos.



Antônio Spis (à esquerda), Canindé Pegado e Danilo Pereira falaram sobre o papel das centrais sindicais

Cláudio Gonzalez é jornalista

A quem serve a guerra fiscal?

Redução ou isenção de impostos; doação de terrenos; obras de infra-estrutura. Quais os efeitos destas iniciativas dos governos estaduais?

NILTON VASCONCELOS

Um fenômeno, que não é recente, vem assumindo grandes proporções em nosso país, tomando importante espaço na imprensa nacional. Trata-se da “guerra fiscal”, denominação genérica dos procedimentos de estados nacionais e sub-nacionais na concessão de benefícios fiscais, especialmente na redução ou isenção de impostos.

Por conta da guerra fiscal, investimentos inicialmente programados para uma região se transferem para outra à cata de maiores vantagens. Um dos lances mais elucidativos desta disputa entre as unidades federativas, no Brasil, é o recente deslocamento da fábrica da Ford, do Rio Grande do Sul para a Bahia, e que envolveu também ofertas sedutoras dos governos de São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, entre outros.

A concessão de benefícios fiscais está associada, também, a outras iniciativas, como a doação de terrenos, compromissos com obras de infra-estrutura, sistema rodoviário, portos e mais uma infinidade de serviços e recursos. A justificativa dos governos estaduais para adotar estas medidas é a geração de oportunidades de trabalho, argumento que tem grande apelo junto à sociedade num quadro econômico de estagnação e crescimento do desemprego. Na prática, esta política secundariza o aumento de arrecadação e o saneamento das finanças públicas. Alegam os governantes, entretanto, que estão criando as condições para uma elevação substancial da receita futura pelo aumento do conjunto da atividade econômica regional.

RESULTADO DUVIDOSO

Mas, seria a guerra fiscal decisiva para a escolha de uma região em detrimento de outra? Dito de outro modo, as vantagens locais referentes à infra-estrutura industrial, proximidade dos grandes centros de

consumo e dos principais fornecedores, etc., não seriam mais relevantes para a escolha do local do investimento do que as eventuais reduções de impostos e incentivos concedidas pelos estados? A resposta não parece ser simples e talvez merecesse um estudo caso a caso.

Informações recentemente divulgadas pelo jornal econômico *Gazeta Mercantil* (01/02/2000) sobre as intenções de investimento dos empresários, revelam que nos últimos cinco anos, em média, 80% dos investimentos anunciados para todo o país ficaram concentrados no sul-sudeste, a despeito da guerra fiscal, ou justamente em função dela. Dentre as regiões, São Paulo ampliou a sua participação de 31,7% (1995/98) para 43,4% (em 1999), do total das intenções de investir no Brasil. Por sua vez, o estado da Bahia, assinala o jornal, perdeu participação, passando a ser a direção de 6,4% dos investimentos anunciados em 1999, contra 7,3% entre 95 a 98.

Estes dados, produzidos por analistas de mercado, indicam que um estado supostamente mais conservador em matéria de guerra fiscal (São Paulo) estaria ganhando espaço no cenário nacional como endereço preferencial dos investidores. Já um estado que tem se manifestado mais agressivo na atração de indústrias (Bahia) tem perdido participação na intenção dos investidores.

Como explicar este fenômeno? Em primeiro lugar, porque São Paulo é a maior economia do país e, naturalmente, é o destino de um volume de investimentos compatível com o seu tamanho. Deve-se considerar, ainda, que algumas das mais importantes economias estaduais (RJ, RS e SC) observaram uma queda acentuada na participação das intenções de investimento no período assinalado. Parece-nos, assim, razoável relativizar a importância da guerra fiscal como fator essencial para a atração de capitais.

REFORMA TRIBUTÁRIA

O assunto tem merecido a atenção dos sindicatos. A CUT realizou, no final de 1999, em São Paulo, um encontro nacional com a finalidade de aprofundar a discussão, orientar um posicionamento político e definir ações específicas da central. A presença de pesquisadores e de representações partidárias e governamentais serviu para traçar um amplo painel do tema, resultando em um documento final crítico à guerra fiscal.

O comportamento dos sindicatos frente aos lances dos governos visando a atração de investimentos empresariais deve ser cauteloso no sentido de levar em conta os interesses da sociedade. Um estudo realizado pelo professor Glauco Arbix, da USP, sobre o custo dos empregos gerados, pelo menos em dois casos dos investimentos no setor automotivo (General Motors, em Gravataí/RS, e Ford – ainda referentes à instalação da fábrica em Guaíba/RS), indica que a relação investimento/emprego é a mais alta observada em instalações deste gênero em todo o mundo. Isto especialmente quando se compara a empreendimentos que se localizam em países de economia mais desenvolvida.

No debate que se desenvolve no Congresso Nacional, em torno da reforma tributária, a guerra fiscal está no centro das atenções. Entre as medidas que constam das propostas do governo e do relator da matéria, o deputado Mussa Demes, está a criação de um novo imposto – o IVA (Imposto sobre o Valor Agregado). Este tributo substituiria o ICMS, IPI, ISS, Cofins e PIS/Pasep e adotaria o princípio de destino na tributação das transações

interestaduais. Isto significa que o principal instrumento da guerra fiscal, o ICMS, não só deixaria de existir como o seu substituto deixaria de ser cobrado na origem.

Explicando melhor: os estados usam a redução ou isenção da cobrança do ICMS como forma de atrair investimentos porque arrecadam este tributo no lugar onde estão instaladas as atividades geradoras da produção e serviços. À medida em que o imposto seja cobrado onde o produto é consumido, ele não poderia ser mais utilizado com aquele objetivo.

O assunto, no entanto, é muito polêmico. A excessiva concentração de poder tributário em mão do governo federal e, simultaneamente, a perda de autonomia de estados e municípios, são aspectos questionados. Por sua vez, as propostas do relator e do governo divergem sobre a responsabilidade da arrecadação – compartilhada entre União e estados ou realizada exclusivamente pela União, respectivamente segundo o deputado Mussa Demes e o projeto original. As contradições não param por aí e o próprio governo federal aparenta não ter segurança sobre o efeito das mudanças quanto ao montante de recursos arrecadados. Teme que as alterações possam impedir o cumprimento das metas impostas pelo FMI.

De todo modo, a sangria de receitas através de concessões fiscais continua, redirecionando para o setor privado os escassos recursos que faltam à área social. Investigar os obscuros protocolos firmados entre empresas e estados, esclarecendo a amplitude dos benefícios concedidos, e fiscalizar o cumprimento das contrapartidas, são iniciativas necessárias com vistas a uma melhor compreensão do problema aqui analisado.

Nilton Vasconcelos é professor, doutorando em administração pública e membro do conselho editorial da *Debate Sindical*

Seminário nacional da CUT aprovou documento bastante crítico à guerra fiscal

ULISSES RIEDEL

O golpe no FGTS: efeitos da proposta do governo

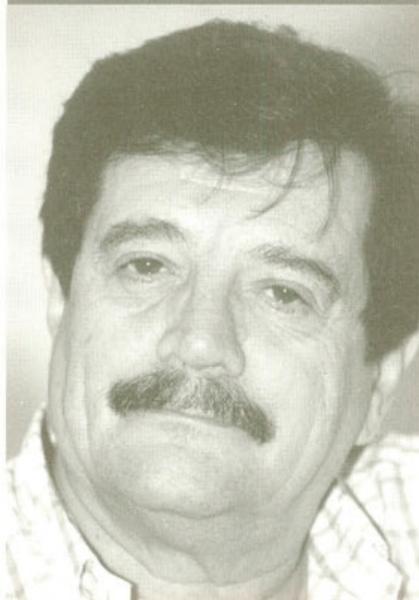
A comissão constituída pelo governo para apresentar uma proposta para o chamado "sistema brasileiro de proteção ao desemprego", formada por Hélio Zylberstajn (FIPE/FEA-USP), José Márcio Camargo (PUC-RJ), José Paulo Zeetano Chahad (FIPE/FEA-USP) e Ricardo Paes de Barros (IPEA), concluiu seu trabalho. Ela encaminhou ao ministro do Trabalho e do Emprego uma proposta forjada no espírito neoliberal, alicerçando-se na supressão de direitos dos trabalhadores.

A proposta procura cinicamente formular um programa de "erradicação da pobreza" adotando regras em que não há uma redistribuição da riqueza, mas em que, pelo contrário, aumenta-se a pobreza dos mais pobres e mantém-se intacta a riqueza dos mais ricos.

A "filosofia" do projeto é de que com a diminuição dos direitos dos trabalhadores, as parcelas de recursos retidas poderão atender às necessidades dos trabalhadores pobres não cobertos pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Em síntese: tira-se dos que pouco têm para distribuir com os que têm menos ainda.

RASGANDO A CONSTITUIÇÃO

É sabido que no Brasil vigia o sistema da estabilidade no emprego e que ele foi extinto por pressão das multinacionais, especialmente dos EUA, logo após o golpe militar de 1964. Ou melhor: estabeleceu-se uma falsa opção entre o regime da



Direitos são extintos com a desculpa de ajudar os que nada possuem

estabilidade e o regime do FGTS, forçando com que todos os trabalhadores fossem lançados no regime do FGTS.

Quando da Constituinte de 1988, os trabalhadores lutaram para que fosse incorporado ao texto constitucional uma proteção efetiva contra a demissão arbitrária ou sem justa causa, conforme o disposto no artigo 7º, inciso I, que disciplina:

"Art. 7º. São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos".

No ato das disposições transitórias, da Constituição Federal

de 1988, artigo 10, estipulou-se:

"Art. 10. Até que seja promulgada a lei complementar a que se refere o art. 7º, I, da Constituição:

I - fica limitada a proteção nele referida ao aumento, para quatro vezes, da porcentagem prevista no art. 6º, caput e § 1º, da Lei n. 5.107, de 13 de setembro de 1966".

RETROCESSO VIOLENTO

A citada lei foi revogada pela lei número 7.839, de 12/10/1989, e pela lei do FGTS: lei número 8.036, de 11/5/1990. Esta última estabelece em seu artigo 18:

"Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais.

§ 1º. Na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, depositará este, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 40% (quarenta por cento) do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros".

A proposta agora em discussão extingue o benefício do abono-salarial, da lei número 7.998/90, e a multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como também altera a forma de levantamento da conta vinculada do FGTS. A proposta também estabelece uma confusão entre benefício previdenciário e direito trabalhista. Além disso, ela altera a forma de levantamento da conta vinculada do FGTS e confunde o benefício do seguro-desemprego com o FGTS.

Ulisses Riedel é advogado trabalhista e diretor técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)

O neoliberalismo e o funcionalismo público



Desde o início do governo FHC, em 95, ganhou impulso o debate sobre a “reforma do aparelho do Estado” – como parte de um tema mais abrangente, a reforma do próprio Estado. Apesar de mais presente neste período, essa proposta já existe há cerca de quinze anos. Em novembro de 1989, divulgou-se a versão final de como ela deveria ser aplicada na América Latina, através do que ficou conhecido como “Consenso de Washington”, apresentado por instituições nada insuspeitas como o Banco Mundial e o FMI. Entre seus pontos, pregava: controle do déficit fiscal, privatização das estatais, desregulamentação da economia, incluindo as leis trabalhistas, e corte nos gastos públicos.

A partir de Collor, seguindo depois por FHC, esse debate é conduzido de forma a levar o

Corte de gastos nas áreas sociais, flexibilização de direitos, congelamento de salários ... e a resistência dos servidores públicos

VLADIMIR NEPOMUCENO

cidadão a não reconhecer seus direitos aos serviços públicos como algo inerente a sua condição de ser humano e membro da sociedade. Com o diagnóstico da “crise do Estado” e da administração pública, feito por Bresser Pereira, em 1995 – devidamente orientado pelos técnicos de Washington –, o governo

define os objetivos e as fórmulas para “inserir o Brasil na perspectiva maior da globalização”.

“ESTADO MÍNIMO” DE FCH

No âmbito da globalização, a redução do “tamanho” e do papel do Estado parte da concepção básica do neoliberalismo, segundo a qual toda interferência estatal é ruim. Essa premissa, porém, vem se revelando cada vez mais falaciosa. A própria prática dos países desenvolvidos nega sua aplicação literal – num típico jogo do “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”. No Brasil, assim como em outras nações dependentes, sua aplicação tem levado à flexibilização e redução de direitos sociais, ao desemprego e à inserção subalterna na nova ordem mundial “globalizada”.

Projeto do governo impõe demissões “voluntárias”, licença sem vencimentos,

Estes são os preços implícitos e suportados pelo governo, desde que o capital financeiro e industrial internacional esteja satisfeito com os níveis de rentabilidade assegurados pela política econômica adotada. Essa orientação somente beneficia o capital especulativo e as grandes corporações transnacionais, transferindo recursos públicos para o setor privado internacional, contribuindo ainda mais para a destruição dos serviços públicos.

Embora negue, FHC ruma exatamente no sentido da implantação do “Estado mínimo”, reduzindo seu tamanho e importância como provedor de bens e serviços. É o retorno às dimensões do Estado clássico liberal, que se resumia a promover arrecadação de tributos, segurança interna e externa e garantia dos contratos.

DESMONTE DO SETOR PÚBLICO

As mudanças em curso, em especial a flexibilização e redução de direitos, demonstram não apenas o desprezo pelos direitos conquistados na Constituição de 88, mas também o inconformismo com as normas moralizadoras que buscam impedir a corrupção, o fisiologismo e o paternalismo. Elas mostram, inclusive, a incompatibilidade com o direito democrático do cidadão, à medida que transferem ao “governante de plantão” plenos poderes para dispor dos serviços e dos servidores. A quebra da estabilidade não é a retirada de um privilégio, mas sim a liberdade dos governantes de disporem dos cargos, demitindo aqueles que se recusarem a atender os seus interesses e não os da sociedade.

Para atingir as metas impostas pelo FMI, o governo implementa, a partir do segundo semestre de 1999, um pacote contra os servidores públicos. Por um lado, ele atende ao corte de despesas, de acordo com o ajuste fiscal; por outro lado, visa substituir a administração pública propriamente dita pela contratação de serviços junto à iniciativa privada. O pacote impõe: Programa de Demissões Voluntárias, licença sem vencimentos, redução da jornada de trabalho com redução salarial e a colocação de servidores em disponibilidade com salários proporcionais ao tempo de serviço. As três primeiras medidas são fortemente induzidas e a última fica

**Governo FHC
provocou redução
drástica do
investimento
no setor público,
que hoje equivale
a 1/3 de 1970**

a critério da direção de cada órgão.

Além dessas iniciativas, outras vêm sendo tomadas para privatizar os serviços e inviabilizar as reais condições do trabalhador de exercer suas funções, que têm como alvo o atendimento da população. Assim, a contratação temporária passa a permanente e funções de alta responsabilidade podem ser ocupadas por critérios que não o do concurso público. O fim de um regime jurídico próprio e a

contratação pela CLT possibilitam a implementação dessa política de desmonte da estrutura voltada ao atendimento das necessidades públicas. Cai a qualidade do serviço prestado pela não garantia do conhecimento específico exigido no concurso, o que aumenta a insatisfação da população usuária.

AÇÃO DO SINDICALISMO

A 9ª Plenária Nacional da CUT, em agosto passado, pela primeira vez aprovou uma campanha em defesa do serviço público e da dignidade do servidor. Apesar da votação unânime, somente agora, sete meses depois, ela tende a sair do papel. E isto só está ocorrendo devido à pressão da campanha salarial dos servidores federais em curso e à insistência das entidades sindicais do funcionalismo. A razão é que o conjunto dos trabalhadores, influenciado pela má qualidade dos serviços prestados e pela propaganda de que ele “é ruim porque é público”, não está convencido da importância do serviço público e, conseqüentemente, da urgência desta campanha.

Não sabem os sindicalistas, assim como a maioria da população, que no Brasil os gastos totais do governo com o serviço público vem despencando. Em 99, chegaram a 1/3 do investido em 1970. Enquanto isso, nos países do “primeiro mundo” ocorre o inverso (tabela 1). Outro dado importante é que há vários anos o governo não promove a formação e a requalificação dos servidores na ativa. Isto, somado à ausência de equipamentos e material de trabalho, mostra o real descompromisso com a população

Plenária da CUT aprovou campanha em defesa do serviço público e da dignidade

redução salarial e disponibilidade dos servidores

mais carente, que realmente necessita desses serviços.

FHC apresenta o setor público como o principal responsável pelo chamado “custo Brasil”. Porém, desde a sua posse que não há reposição salarial para o conjunto do funcionalismo. São quase seis anos de salários congelados – e mesmo assim o “custo Brasil” não diminuiu. O funcionalismo e a máquina pública também são acusados de culpados pelo déficit público. Mas há seis anos que é brutal a redução de gastos no setor. Se essa fosse a verdadeira causa, o déficit já não mais existiria – até porque o que se deixou de gastar no setor público é muito superior ao propalado déficit.

Os concursos públicos estão suspensos há vários anos e é vertiginosa a redução da quantidade de servidores. Além de não haver ingressos, ocorrem aposentadorias e demissões. FHC, através de seus ministros e porta-vozes, alega que há funcionários demais. No entanto, se comparado a outros países, observa-se que o Brasil tem 8,9 servidores por 1000 habitantes, enquanto que o Reino Unido tem 91,4 servidores por 1000 habitantes – e isto após as “reformas” de Thatcher (tabela 2).

Enfim, estes dados indicam que é urgente uma campanha efetiva em defesa do serviço público e da dignidade dos servidores – tanto na esfera federal, como nas estaduais e municipais. O aprovado na plenária da CUT deve ser levado à prática! A crescente exclusão social, decorrente do aumento do desemprego e da informalidade, aliada à volta de doenças consideradas já erradicadas, são por si só justificativas para que a sociedade se mobilize na defesa do serviço público.

Mas é fundamental que o



Manifestação dos professores da rede municipal de São Paulo exige reajuste salarial e melhores condições de trabalho

Tabela 1
Gastos totais do governo como percentual nominal do PIB

País	1970	1999
Alemanha	38,3	46,9
Canadá	34,1	41,8
Espanha	21,6	40,8
EUA	30,0	31,2
França	38,5	53,9
Itália	32,8	49,4
Japão	19,0	38,4
Reino Unido	37,2	40,3
Suécia	42,8	59,6
Suíça	-	49,2
Brasil	37,2	20,0

Fonte: OCDE, 1999 / IBGE, 1999

conjunto do funcionalismo, que ficou atordoado com as sucessivas perdas de direitos, exponha à sociedade a gravidade desse quadro e vá à luta por suas reivindicações. Se o

Tabela 2
Relação de servidores para cada grupo de mil habitantes

País	Servidores/1000 hab.
EUA	32,0
França	46,4
Espanha	53,4
Itália	65,0
Reino Unido	91,4
Brasil	8,9

Fonte: OCDE, 1999 / IBGE, 1999

projeto do governo FHC for levado adiante, cerca de 7 milhões de trabalhadores no serviço público federal, estadual e municipal em todo o país correrão risco de demissão. Só a unidade entre quem pode prestar o serviço e quem dele necessita é que pode reverter o processo de privatização do serviço público e de demissão de servidores.

Vladimir Nepomuceno é secretário de organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS), da CUT

do servidor, mas ela ainda não saiu do papel

ANTONIO PORCINO SOBRINHO

A vitória da proibição do “self-service” nos postos de combustíveis

Mais uma vez fica demonstrado que a luta e a firmeza dos trabalhadores dão bons frutos: a recente sanção do presidente da República ao projeto de lei que proíbe a instalação de bombas automáticas de combustíveis (*self-service*) em postos do país selou uma vitória histórica dos frentistas. Nossa luta começou há nove anos e foi marcada pela coragem e tenacidade dos trabalhadores.

Foi também uma vitória patriótica contra aqueles que queriam substituir o homem pela máquina e jogar milhares de brasileiros na rua da amargura. Entre os derrotados estão principalmente as multinacionais norte-americanas, verdadeiras sanguessugas que em nada contribuem para o bem estar do povo e para o crescimento do país. Só querem tirar lucros fáceis, sem investir um tostão no desenvolvimento nacional.

Nesta luta unimos um amplo leque de sindicalistas, políticos, sanitaristas e até empresários e membros do governo federal, que entenderam a justeza da nossa causa em favor do emprego, da integridade física dos consumidores e da saúde da população em geral. Ela começou na Câmara Municipal de São Paulo com o projeto do vereador Walter Abraão, sancionado pelo Executivo, proibindo o *self-service* somente nas bombas que continham metanol.

Em seguida, foi apresentado na Assembléia Legislativa paulista o projeto do deputado Jamil Murad, que vestiu a camisa dos frentistas e lutou com garra até que sua proposta fosse aprovada, no final de 1995. O governador Mário Covas, contudo, vetou o projeto em 1996. Entretanto, numa decisão incomum e intrépida, a Assembléia Legislativa



derrubou o veto do governador e o *self-service* foi proibido em todo o território paulista.

CARAVANAS A BRASÍLIA

Os frentistas comemoraram a decisão. Uma etapa fundamental havia sido cumprida. Mas era preciso estender a conquista a todo o território nacional. Levamos essa bandeira ao Congresso, em Brasília. O deputado Aldo Rebelo apresentou o projeto que, no entanto, morreu na Comissão de Minas e Energia na legislatura passada. Mas os frentistas, o parlamentar e seus aliados não desanimaram e, apoiados por pareceres de ilustres juristas e autoridades de saúde, retomaram a luta e o projeto de Aldo Rebelo foi “ressuscitado” na nova legislatura.

A mobilização dos frentistas foi intensa. Depois de recolher 400 mil assinaturas de usuários dos postos de gasolina em São Paulo, repudiando o auto-serviço nas bombas, várias caravanas de trabalhadores viajaram a

Mobilização dos trabalhadores e amplitude política evitaram um golpe que representaria 250 mil demissões

Brasília para pressionar os parlamentares. Finalmente o projeto de Aldo Rebelo foi aprovado, em outubro, pela Câmara dos Deputados e, em dezembro, pelo Senado.

O projeto sancionado pelo presidente da República dispõe em seu artigo primeiro: “Fica proibida a instalação de bombas operadas pelo próprio consumidor (tipo auto-serviço) nos postos de abastecimento de combustíveis, em todo o território nacional”. O descumprimento do disposto na lei implicará em aplicação de multa equivalente a

2.000 UFIR ao posto infrator e à distribuidora à qual este estiver vinculado. Em caso de reincidência, o estabelecimento pode ser fechado.

Acabou o tormento dos frentistas, vingou o acerto dos nossos argumentos. A introdução do *self-service* encerraria nefastas conseqüências econômicas, sociais e de saúde pública. Com a sua proibição, são mantidos pelo menos 250 mil dos 300 mil empregos do setor no país – cerca de 18 mil na capital paulista e 60 mil no Estado de São Paulo.

Além disso, a lei poupa os usuários do risco representado pelo manuseio e manipulação de combustíveis – para isso, os frentistas têm prática e habilidade de sobra. É bom lembrar que o perigo é agravado pela mistura de metanol, adotada em vários Estados – substância que, entre os efeitos nocivos, conforme a quantidade inalada ou em contato com a pele, leva à coma e à morte. De mais a mais, desobriga o consumidor de trabalhar de graça para o dono do posto, executando tarefa (abastecimento) pela qual já paga no preço da gasolina ou álcool.

FHC E AS MULTINACIONAIS

A idéia de estabelecer o auto-serviço no Brasil era das multinacionais. Mas a experiência nos EUA, por exemplo, além de provocar o desemprego em massa, levou à falência as pequenas redes de postos e a quase totalidade dos

Nos EUA, a experiência levou à falência 123 mil postos e gerou maior concentração no setor

Governo ainda tentou acordo com as multinacionais, mas a pressão evitou a manobra



estabelecimentos individuais. Significou a bancarrota de 123 mil postos. Dos 230 mil existentes, sobraram apenas 107 mil e quase todos pertencentes às próprias distribuidoras (Shell, Atlantic, Esso, entre outras). Esta foi, aliás, a principal razão que levou parte dos empresários brasileiros do setor, não ligados às multinacionais, a aderir à nossa causa.

A alegação de que o *self-service* contribuiria para o barateamento do álcool e gasolina cai por terra quando se vê os postos oferecendo descontos e fazendo promoções como sorteio de carros zero quilômetro, lavagem gratuita, cheque pré-datado, etc., sem a implantação desse sistema. Também não passa de falácia o discurso pseudo-modernista dos defensores do auto-serviço, diante do quadro devastador de desemprego que assola o país – na verdade, estavam interessados apenas no lucro fácil.

A despeito dos argumentos contundentes em favor do emprego, qual foi a postura do governo? Somente no final do processo, FHC resolveu tomar conhecimento da nossa aflição. Pressionado pela mobilização dos frentistas – mais de 1.400 trabalhadores foram a Brasília exigir o seu posicionamento – o Executivo assinou um tímido protocolo com o setor patronal, suspendendo até o final do ano 2000 a instalação do sistema *self-service*.

Recorde-se que, na ocasião, o governo estava acuado por manifestações populares contra a política econômica, como a “marcha dos 100 mil” e o “Grito dos Excluídos”, sem contar seus baixos índices de popularidade.

Não fosse a pressão dos frentistas, o governo teria se preocupado com o assunto? Claro que não. Por isso, aquele protocolo assinado pelo governo na época teve um suave sabor de vitória para a categoria. Se o Executivo tentou tirar uma “lasquinha” do episódio, procurando se promover, não importa. É até compreensível que o faça, principalmente porque FHC está tão em baixa. Enquanto isso, os frentistas estavam e estão em alta, lutando pelos seus interesses, avançando em passos firmes rumo a melhores condições de vida e de trabalho.

Nesse sentido, nossa posição contra o *self-service* não é um mero capricho. Ao contrário, leva em conta os aspectos essenciais de saúde pública e sociais apontados. Sua proibição no país foi sem dúvida uma decisão sensata e uma vitória exemplar da mobilização, firmeza e perspicácia dos frentistas. Foi bom para o Brasil e melhor para os trabalhadores.

Antonio Porcino Sobrinho é presidente do Sindicato dos Frentistas de São Paulo e das Federações Estadual e Nacional dos Frentistas



“Frentista é linha de frente”

A proibição do “self service” nos postos de combustíveis foi uma conquista histórica do Sindicato dos Frentistas de São Paulo, depois de árdua e persistente luta em várias frentes.

Foi também um duelo contra a automação irracional. Provamos que é possível compatibilizar a manutenção do emprego, garantindo o sustento de milhares de famílias brasileiras, com os interesses gerais da sociedade.

A solução dos problemas brasileiros não pode, em hipótese alguma, se esquivar das questões sociais. Esta certeza nos estimulou para a luta contra o “self service”.

Parabenizamos a família frentista pela conquista e agradecemos a todos que confiaram e aderiram à nossa luta. O Sindicato continuará firme na defesa dos interesses da categoria, zelando por uma relação de trabalho sadia que contemple os direitos dos assalariados, demonstrando com ações concretas por que frentista é linha de frente!

A luta continua.



Antonio Porcino Sobrinho
Presidente do Sindicato dos Frentistas de São Paulo e das Federações Estadual e Nacional dos Frentistas

Direitos sindicais são mutilados nos EUA

Recente relatório da Ciosl indica que nos EUA, “exemplo da democracia ocidental”, a liberdade sindical é uma grande farsa

PINA GONÇALVES

Na “maior democracia do planeta”, cujo modelo muitos dirigentes políticos do mundo admiram e advogam, os trabalhadores não têm legislação adequada que lhes garanta representação sindical verdadeiramente livre. Quem diz isso é a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (Ciosl), num relatório que recentemente tornou público.

Nos EUA, em cada dez trabalhadores que participam em campanhas para a criação ou adesão a um sindicato, um é despedido. Anualmente, em cada trinta trabalhadores que votaram em eleições nas empresas pela criação ou reconhecimento de um sindicato, um é despedido.

Sondagem realizada em 1994 indicava que 79% dos trabalhadores americanos estão convictos de que serão despedidos se tentarem fundar ou aderir a um sindicato. Supervisores e chefias, proibidos por lei de se sindicalizarem, são freqüentemente usados em campanhas patronais de intimidação anti-sindical.

JUSTIÇA ... PARA O PATRÃO!

Os trabalhadores que apoiam os sindicatos são fichados e isolados dos colegas. Os patrões chegam ao ponto de contratar consultores, detetives e



sociedades de vigilância para agir contra os sindicatos. Os sindicalistas são espiados, suas fichas médicas vasculhadas, seus contenciosos jurídicos abertos e sua vida pessoal devassada na tentativa de encontrar algo que possa ser usado para seu descrédito.

A par destes métodos, a maioria das empresas impede os sindicalistas de contatar os trabalhadores no seu local de trabalho, recorrendo à ameaça de prisão e à expulsão da empresa. O *National Labor Relations Board*, organismo estatal dos EUA para regulação de conflitos laborais, é lento ao atuar, dando todo o tempo ao patronato para realizar os seus desígnios.

Tanto assim é que, em 1998, um estudo demonstrou que de todos os

trabalhadores despedidos por razões sindicais, só 40% recuperaram seus postos de trabalho. Destes, só 20% conseguem conservar o emprego por mais de dois anos após a reintegração. Estas situações ocorrem em todos os setores. Mas, segundo a Ciosl, nos últimos anos incidiram mais na hotelaria, alimentação e bebidas, indústria gráfica, construção civil e telecomunicações. A Disney Corporation inclui-se nesta lista.

DESLOCAMENTO DE EMPRESAS

O grande capital dos EUA reage freqüentemente às tentativas de avanço da organização sindical nas suas empresas com o seu fechamento e posterior deslocalização. Um

A Disney é uma das empresas que não aceita o retorno de grevistas

inquérito publicado em 1996 demonstrou que, na indústria, em 60% das campanhas de sindicalização realizadas ocorreram o encerramento das respectivas empresas. Nos casos em que a convenção coletiva foi negociada pela primeira vez, 18% dos patrões ameaçaram fechar a fábrica e 12% cumpriram a ameaça.

Apesar da lei proibir estas ações, o fato de não prever sanções faz com que os patrões façam tábua rasa das disposições legais. O mesmo já não podem dizer os sindicatos submetidos a um apertado “cinto de segurança” legal que prevê pesadas sanções para as organizações sindicais que cometam o crime de ultrapassar a lei, ousando lutar, representando dignamente seus associados.

É também esclarecedora do conceito de democracia no local de trabalho a disposição legal que dá ao detentor do capital a liberdade de se “beneficiar livremente do jogo das forças econômicas”, proibindo ao mesmo tempo os trabalhadores de encetarem ações, como greves parciais, boicotes e greves ou outras ações de solidariedade no mesmo setor de atividade ou até na mesma empresa.

ESCRavidÃO DECLARADA

Mas o grande capital norte-americano tem ainda outras formas de exploração extrema de que faz uso sem hesitar. Nas Ilhas Marianas Setentrionais, paraíso fiscal sob tutela dos EUA, foi desenvolvida desde os anos 80 uma indústria de vestuário cujos lucros se assentam numa mão-de-obra praticamente escrava e na exportação livre de taxas.

Com leis próprias sobre emigração e controle local dos salários, introduziu-se aí um sistema de servidão imposto aos trabalhadores, “importados” por

empresas privadas especializadas neste tráfico, na maior parte filiais das manufaturas de vestuário. Estes trabalhadores, oriundos na sua maioria da Tailândia, China, Filipinas e Bangladesh, são recrutados por estes intermediários que lhes exigem somas exorbitantes, impossíveis de pagar de imediato.

Tirando partido da miséria, fazem o “importado” assinar contratos comprometendo-se a descontar do futuro magro salário a quantia exigida, a nunca pedir aumentos salariais, a não mudar de emprego e a não aderir a um sindicato. Também no território continental dos EUA, a legislação laboral existente não abrange sequer os trabalhadores agrícolas e o trabalho doméstico.

SERVIDOR AMORDAÇADO

Dos 14,9 milhões de funcionários da administração local e central dos EUA, sete milhões estão privados do direito à negociação coletiva. Mais de dois milhões de funcionários do governo federal estão submetidos ao *Federal Labor Relations Act*, de 1978, lei que lhes interdita o direito à greve e à negociação coletiva.

Em contrapartida, esta lei alargou a liberdade de ação do governo, que pode selecionar os servidores de acordo com suas opiniões políticas ou rejeitá-los se não aceitarem repudiar ideais e organizações de esquerda, como o comunismo. Em 13 estados só é autorizada a

negociação coletiva a certas categorias de funcionários; em 14, é proibida em absoluto.

ARMA DO FURA-GREVE

O *lock-out* e até a provocação de greves pelo patronato são táticas freqüentemente utilizadas como forma de criar as condições para a expulsão dos sindicatos das empresas. Elas normalmente são acompanhadas pela contratação de desempregados para furarem a greve e por manobras para agudizar ou mesmo criar artificialmente conflitos que possam ter como resposta a paralisação.

Nessa altura, as empresas recorrem imediatamente aos substitutos contratados, com menos direitos e menos salário. Esta estratégia patronal inclui a solicitação ao organismo estatal competente da realização de eleições na empresa com o objetivo de anular o reconhecimento do sindicato. Nelas também votam os fura-greves. Mesmo nos casos em que o sindicato chega a um acordo, os grevistas não recuperam automaticamente o seu posto de trabalho. Os exemplos são vários.

Todos estes esquemas, praticamente mafiosos, seguem sempre a mesma linha. Os patrões começam por exigir dos trabalhadores reduções salariais e de direitos, que sabem ser inaceitáveis. Quando o conflito se agudiza e a luta evolui para a forma de greve, substituem os trabalhadores sindicalizados por desempregados que contratam com menos salário, sem direitos e sem sindicato. Estes esquemas são também usados como forma de obstruir ou mesmo inviabilizar a negociação coletiva.

Artigo publicado em dezembro passado no jornal *Avante*, do Partido Comunista Português (PCP)

Pesquisa indica que 79% dos americanos avaliam que serão demitidos caso ingressem em sindicatos

Quadro de V.A. Serov



Lênin e os sindicatos

Nos 130 anos de nascimento do líder revolucionário russo, a atualidade do seu pensamento sobre os sindicatos

AUGUSTO BUONICORE

No dia 22 de abril, comemora-se no mundo todo os 130 anos do nascimento de Vladimir Ilitch Ulianov – Lênin. Sua vida esteve ligada as principais batalhas que o marxismo revolucionário travou no início deste século para se consolidar enquanto teoria e programa político-prático de milhões e milhões de explorados. Trataremos nesse artigo das etapas da construção de sua concepção sindical e do papel que, segundo ele, os sindicatos deveriam desempenhar no período que antecedeu a revolução russa e nos primeiros momentos da difícil transição ao socialismo.

A primeira grande batalha do

marxismo russo para se consolidar entre as massas trabalhadoras foi travada contra o populismo. Esta era uma corrente socialista pequeno-burguesa que defendia que a Rússia poderia transitar diretamente para o socialismo sem passar pelos males do capitalismo e que isto seria possível graças a existência das comunidades rurais.

Os marxistas russos, incluindo o jovem Lênin, tinham consciência de que o capitalismo já era uma realidade na Rússia e de que, portanto, a idéia de um comunismo assentado nas comunas camponesas passava a ser uma utopia conservadora. A formação do

capitalismo fazia surgir uma nova classe, o proletariado – que deveria ser o agente principal do processo revolucionário.

LIMITES DO SINDICALISMO

A segunda grande batalha seria travada contra o economicismo. Ao contrário do populismo, esta era uma tendência interna da social-democracia russa, sua versão do revisionismo mundial. Lênin sabia que para construir um partido verdadeiramente revolucionário era preciso derrotar em todos os campos as concepções que negavam o papel

“Toda a diminuição do papel do ‘elemento consciente’ significa – quer se

da teoria marxista e da necessidade da construção de uma sólida organização partidária que tivesse como centro da ação socialista a luta política.

Lênin, na obra *Que fazer?*, analisa a complexa relação entre o fator consciente e o movimento espontâneo das massas. Afirma, em tom de polêmica, que “a classe operária, pelas suas próprias forças, não pode chegar senão à consciência sindical”. Condena o culto à espontaneidade dos economicistas. “Toda diminuição do papel do ‘elemento consciente’, do papel da social-democracia significa – quer se queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários”.

Para Lênin, justamente devido aos limites estruturais da luta econômica é que a consciência política de classe não pode nascer diretamente dela, da relação exclusiva entre operários e patrões dentro das fábricas. A verdadeira consciência socialista seria um reflexo da luta de classes no campo da política, nas relações entre todas as classes. Somente à burguesia interessaria reduzir a luta de classes apenas aos aspectos econômicos e à mera ação sindical.

Neste período, visando controlar o crescente descontentamento popular, um dos chefes da polícia czarista, Zubatov, criaria uma série de sindicatos sob controle direto da burocracia estatal. Estes teriam como função afastar os operários da influência da social-democracia russa e constituir uma base social de apoio ao czarismo em crise. Lênin, desde o primeiro momento, defendeu a idéia de que os social-democratas deveriam atuar naqueles sindicatos e

buscar arrancar as massas mais atrasadas da influência czarista e clerical.

INSURREIÇÃO DE 1905

Mesmo este sindicalismo limitado não agradava aos patrões. Quando a direção da fábrica Putilov demitiu alguns operários ligados a uma dessas associações, eclodiu uma greve que em poucos dias se estendeu a outros estabelecimentos. A direção do sindicato procurou restringir a luta aos aspectos econômicos e continuou a defender o czar.

Em 9 de janeiro de 1905, os grevistas tentaram entregar um abaixo-assinado ao governo com suas

“A classe operária, pelas suas próprias forças, não pode chegar senão à consciência sindical”

reivindicações. A manifestação pacífica, dirigida pelo padre Gapon, foi recebida a bala pelas tropas czaristas. Centenas morreram e milhares ficaram feridos. A classe operária russa, inclusive seus setores mais atrasados, foi arrancada da influência czarista e atirada nos braços da revolução.

Em resposta, mais de 400 mil operários paralisaram suas atividades

e a greve se transformou em insurreição popular. As manifestações revolucionárias ocorreram durante todo o ano de 1905 e, no bojo delas, surgiram os Sovietes de Trabalhadores. Esta foi uma forma de organização política tipicamente operária, nascida espontaneamente das lutas e não uma criação artificial de nenhum partido.

IMPORTÂNCIA DOS SOVIETES

Estes acontecimentos contribuíram para a alteração parcial de algumas concepções de Lênin. Ele, então, conclamaria seus partidários a aderirem aos soviets, embrião do poder operário. “Não nos isolem do povo revolucionário, mas submetam-nos a seu veredicto cada um de nossos passos, cada uma das nossas decisões, apoiemo-nos por inteiro e exclusivamente na livre iniciativa que emana das próprias massas trabalhadoras”.

Em meio ao ascenso revolucionário, defendeu que o partido se abrisse ao ingresso de milhares de combatentes. “A classe operária é social-democrata por instinto, de modo espontâneo, e em dez longos anos de trabalho, a social-democracia fez muito, muitíssimo, para converter essa espontaneidade em consciência”. Mas, a revolução de 1905 foi derrotada e o movimento operário entrou num período de refluxo.

A partir de 1905, ganham força no partido teses que pretendiam construir uma muralha entre os sindicatos e o partido. Lênin se posicionou contra este desvio

“A falta de cunho político significa indiferença diante da luta dos

queira ou não – um reforço da ideologia burguesa sobre os operários”

sindicalista. “A falta de cunho político significa indiferença diante da luta dos partidos. Mas essa indiferença não equívale a neutralidade, à omissão na luta, pois na luta de classes não pode haver neutros. Por isso, a indiferença diante da luta não é, na realidade, inibição diante da luta, abstenção dela ou neutralidade. A indiferença é o apoio tácito ao forte, ao que domina”.

As opiniões de Lênin não devem ser confundidas com a defesa da incorporação dos sindicatos ao partido ou a qualquer posição aparelhista que visasse tirar a autonomia orgânica dos sindicatos. A direção política revolucionária deveria ser alcançada através de árduo trabalho de convencimento no interior dessas organizações de massas. Para isto, era preciso criar células nos sindicatos.

LÊNIN “VERSUS” TROTSKY

Após a Revolução de 17, uma aguda polêmica se deu sobre o papel dos sindicatos na construção do socialismo. Lênin defendeu que fossem “organizações amplas”, que congregassem o conjunto dos trabalhadores – uma “correia de transmissão” entre o partido e as massas. Por isso, não deveriam ser incorporados ao Estado, mas precisavam ter autonomia para cumprir suas funções.

Trotsky, pelo contrário, defendeu a fusão imediata dos sindicatos ao Estado e sua militarização. Quando assumiu a responsabilidade pela reorganização dos serviços de transporte, ele decretou estado de emergência nas ferrovias, destituiu os



dirigentes eleitos dos sindicatos e colocou todos os operários sob lei marcial. Neste período, afirmou que era “preciso formar patrulhas punitivas e pôr em campos de concentração os operários que desertam do trabalho”.

Contra as posições de Trotsky, Lênin defendeu que os sindicatos não deveriam se constituir como organizações estatais e nem que predominassem métodos coercitivos. Deveriam ser organizações educadoras das massas, “escolas de comunismo”. Negou energicamente a tese trotskista de que a defesa dos interesses materiais e espirituais do operariado não era da incumbência dos sindicatos no socialismo. Para Lênin, o Estado soviético era um Estado operário, mas “com uma deformação burocrática”.

Este fato exigia que os sindicatos

mantivessem seu papel. Os trabalhadores deveriam utilizar estas organizações para se defender, inclusive, de seu próprio Estado. Segundo Lênin, a implantação da Nova Política Econômica (NEP) reforçaria ainda mais a importância da autonomia dos sindicatos. Ao abrir espaços para expansão de relações capitalistas, a NEP poderia levar à agudização da luta entre o proletariado e a burguesia. Por isso defendeu, inclusive, o direito à greve no socialismo.

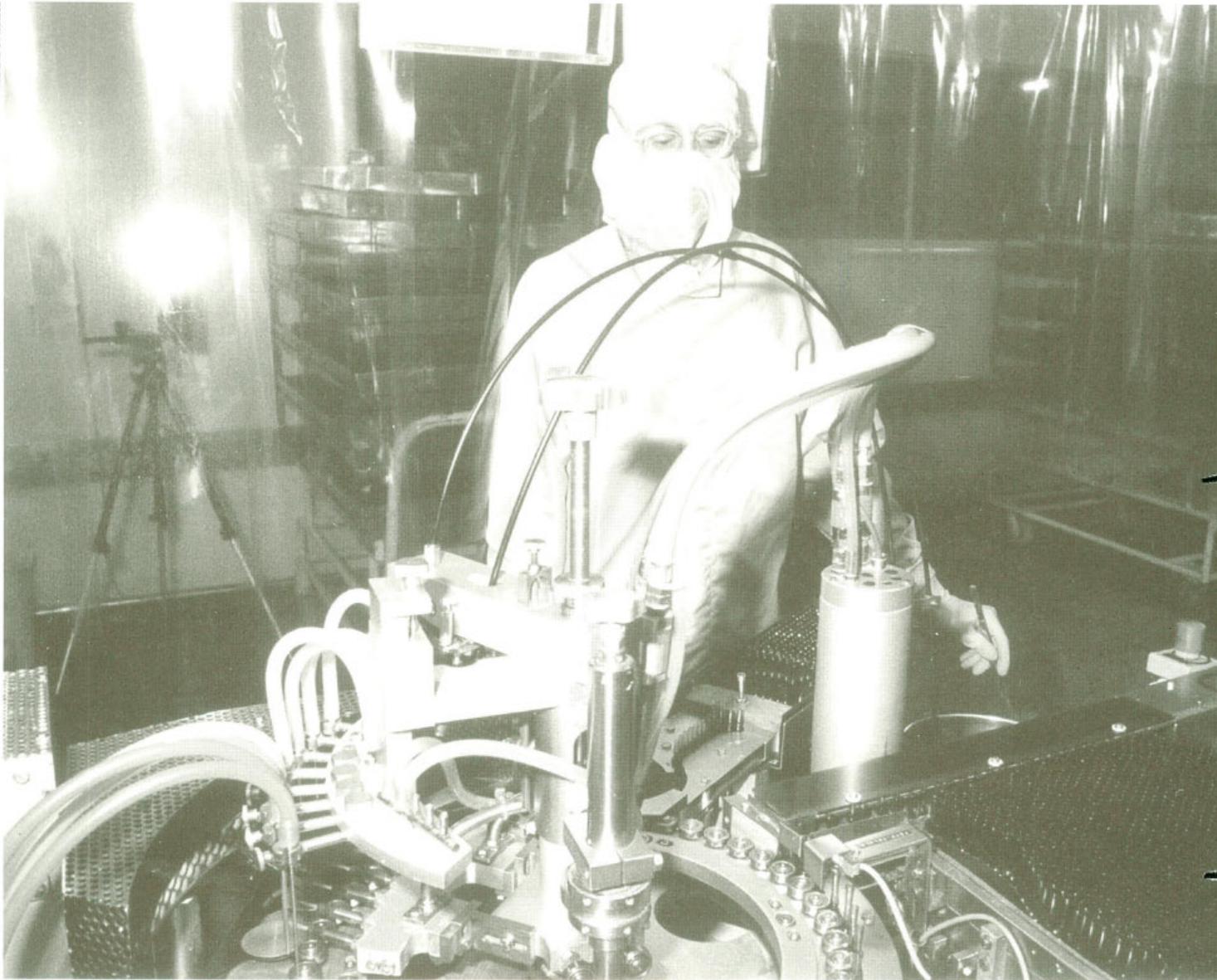
As contribuições de Lênin na construção de uma teoria da transição, especialmente do papel dos sindicatos neste processo, devem ser melhor estudadas. Sua incompreensão conduziu à criação de um modelo de sindicato oposto ao pretendido por ele. Predominaram as teses da fusão sindicato/Estado, da militarização do trabalho, da proibição de greves e da que os sindicatos nada teriam a defender diante do Estado Socialista. Estas teses, como já alertara Lênin, desarmaram os operários e enfraqueceram o próprio Estado operário.

BIBLIOGRAFIA

- Deutscher, Isaac. *Los sindicatos soviéticos*. Edições Era, México, 1971
- Kollontai, Alexandra. *Oposição Operária (1920-1921)*. Ed. Global, São Paulo, 1980
- Lênin, V.I. *Sobre os sindicatos*. Ed. Polis, São Paulo, 1979
- ————. *Que Fazer?*. Ed. Hucitec, São Paulo, 1979
- Instituto de marxismo-leninismo/PCUS. *Lênin, Biografia*. Ed. Avante/Progresso, Lisboa/Moscou, 1984

partidos. A indiferença é o apoio tácito ao forte”

Augusto César Buonicore é historiador e doutorando em ciências sociais pela Unicamp/SP



Qual o futuro do trabalho?

**Fusões, aquisições,
falências, novas
tecnologias, Internet
e desemprego em
massa sacodem o
mundo do trabalho**

OSVALDO BERTOLINO

O historiador Eric Hobsbawm diz que, entre as décadas de 80/90, uma era se encerrou e outra nova começou. No Brasil, o plano Collor, apoiado na política de privatizações e de abertura comercial e financeira, instaurou uma nova fase de estratégias e ajustes empresariais, impulsionada por três projetos do governo para o setor industrial:

Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica (PACT), Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade (PBPQ) e Programa de Competitividade Industrial (PCI). O “choque de concorrência”, proporcionado pela diminuição da proteção cambial e tarifária, trouxe para o Brasil a onda de reestruturação produtiva que está

provocando alterações radicais nos dois pólos do modo de produção capitalista: o capital e o trabalho.

Numa ponta do processo, símbolos do capitalismo brasileiro, como Metal Leve, Cofap, Arisco e Bamerindus entregaram as chaves para ícones do mercado mundial, como Bosch-Siemens, Gessy Lever e Hongkong & Shanghai Banking Corporation (HSBC). Outros se aliaram a conglomerados estrangeiros. A Gradiente obteve licença da japonesa Nintendo para fabricar videogame e da finlandesa Nokia para produzir telefones celulares. E, em conjunto com outra japonesa, a JVC, formou a JVC do Brasil. A Vicunha juntou-se à DuPont e o Pão de Açúcar se associou ao grupo francês Casino.

Internamente, empresas brasileiras também se juntam para dominar mercados. As empreiteiras Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez se uniram para explorar concessão de rodovias. O grupo Votorantim aliou-se ao Bradesco e à Camargo Corrêa para participar das privatizações do setor elétrico. E tem o caso da barulhenta fusão da Brahma e Antarctica. No meio das contendidas, aparece o governo brasileiro como força diminuta diante das potências que lutam como gigantes enfurecidos.

Na disputa da opinião pública por meio de um fenomenal aparato propagandístico, o presidente da República mantém um pé em cada canoa. Logo depois do anúncio da AmBev, FHC recebeu do presidente mundial da PepsiCo, Steve Reinemond, uma garrafa promocional do guaraná Antarctica, com o rótulo em inglês. Em seguida, presenteou com um livro o líder do grupo Kaiser, Humberto Pandolpho. A AmBev tentou mostrar que a propalada multinacional verde-amarela não era só promessa. Mas existem interesses nada patrióticos por trás dessa fusão. A multinacional verde-amarela pode ser passada

Os 23 países desenvolvidos concentram 80% do PIB mundial, o que indica a farsa da globalização

adiante assim que surgir uma proposta lucrativa de algum epicentro da economia “globalizada”. A Brahma e a Antarctica já se associaram à Miller e à Anheuser-Busch, respectivamente, gigantes cervejeiros norte-americanos.

A lógica que move as fusões e aquisições é a transformação da economia sob a perspectiva da acumulação do capital. Não há mocinhos nesse terreno dominado por atiradores profissionais do mercado mundial, solidamente ocupado por monopólios enraizados nos países imperialistas. É a resposta neoliberal à crise do fordismo-keynesiano como modelo de desenvolvimento. Apesar de alguns reveses dessa política em busca de um “mercado livre global”, como a fracassada “Rodada do Milênio” cercada por batalhas de rua em novembro do ano passado em Seattle (EUA), o mapa-múndi da riqueza apresenta demarcações que nada têm a ver com os discursos da “globalização” – os 23 países chamados desenvolvidos concentram 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do globo.

FUSÕES E DESEMPREGO

Na outra ponta do processo, a

lógica neoliberal empurra vastos contingentes populacionais para o abismo social. Em São Paulo, por exemplo, a expulsão de pequenas e médias empresas do mercado criou áreas necrosadas. Antigas indústrias hoje são galpões caindo aos pedaços e chaminés tomadas pelo mofo. Levas de desempregados perambulam pelas ruas sem perspectivas, contribuindo para elevar os estratosféricos índices de criminalidade. Essa é a lógica: para que alguns possam emergir triunfantes, muitos precisam submergir na pobreza e na miséria. Aqueles que possuem equipes de salvamento e coletes salva-vidas – como sindicatos combativos e legislação social e trabalhista – são estorvos inadmissíveis.

O insuspeito Antônio Ermírio de Moraes, dono da Votorantim, escreveu em sua coluna dominical na *Folha de S. Paulo*: “Fundir redundante em simplificação de estrutura e cargos, o que significa dizer que a fusão contribui para o desemprego”. Outros tentam mostrar as dores provocadas pelo corte de pessoal como fatos irrelevantes. “Esses dramas humanos são terríveis e não devem ser esquecidos, mas é preciso compreender que o investimento direto estrangeiro produz resultados de longe mais positivos para a economia e para a sociedade do que a tentativa de manter o país fechado ao capital de fora”, disse recentemente o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega.

Mas, no mundo das coisas práticas, a comoção causada pelo desemprego decorrente da “Nova Economia” (termo cunhado por alguns ideólogos do neoliberalismo) é mais do que terrível. No Rio Grande do Sul, por exemplo, funcionários da Antarctica deram um “abraço” na sede da empresa para denunciar a ameaça de fechamento, pela AmBev, das três unidades da fábrica no Estado. Algumas estimativas indicam que 8 mil dos 16

Trabalhadores precisam estar à disposição da empresa 24 horas por dia

500 funcionários da Brahma e Antarctica seriam demitidos.

No “mundo globalizado”, os movimentos das placas tectônicas da “nova economia” provocam abalos sísmicos trágicos mesmo longe dos epicentros. As megafusões nos países centrais fortalecem o apetite dos grupos, que abocanham mercados e eliminam postos de trabalho. Por exemplo, a fusão dos bancos Chase Manhattan com o Chemical Bank, nos EUA, levou à incorporação do banco Manufactures Hanover e ceifou 300 funcionários do grupo no Brasil.



Os computadores plugados à Internet são a base da nova era – ou da “nova economia”. Nos grandes grupos remontados à imagem da máquina de silício, emprego é artigo raro. Um estudo feito por pesquisadores da Universidade do Texas indica que a economia na Internet cresce a uma taxa média de 175% ao ano. Proliferam previsões de um mundo no qual os trabalhadores poderão ser definidos por apenas uma categoria: os informatas. O futuro do trabalho, segundo esses futurólogos, libertará o homem da escravidão fabril. Na prática, o que se vê são trabalhadores polivalentes e flexíveis, que muitas vezes precisam estar à disposição da empresa 24 horas por dia, submetidos a ritmos de trabalho extenuantes e salários aviltantes.

Divagações à parte, o mundo do trabalho de fato passa por transformações profundas. Os códigos e convenções que trouxeram

consulados, temerosos de que seja aspirante a trabalhador clandestino.

Os números da “nova economia” mostram que é falsa a idéia de que a oposição trabalho e capital ganhou um novo sentido com o vendaval que tombou os muros da Checoslováquia à Sibéria. Os escombros a leste da Europa não alteraram, na essência, a conceituação de direita e esquerda. O fim da dicotomia Washington/Moscou e a utilização maciça de softwares e da virtualidade não mudou o sentido daquelas imagens que representam o patrão como o sujeito de cartola e charuto e o trabalhador

como o operário de macacão sujo de graxa com uma ferramenta na mão.

No Brasil, por exemplo, as relações sociais continuam regidas pelo arcaísmo empedernido de uma elite que se utiliza de jagunços – às vezes fardados e pagos pelo Estado – para dirimir conflitos trabalhistas que se originam de dois blocos de idéias hegemônicas: o feudalismo que concentra 153 milhões de hectares de terras improdutivas, um mundo de solos inúteis que equivale a dois Chiles ou 15 Coreias, e o neoliberalismo. Continua na ordem do dia, portanto, para os trabalhadores, a perspectiva da antítese desse sistema – o modo de produção socialista. Como diz Eric Hobsbawm, “uma economia mundial que se desenvolve pela geração de desigualdades tão crescentes está quase inevitavelmente acumulando encrencas futuras”.

**“A fusão
contribui
para o
desemprego”,
afirma o
insuspeito
Antônio Ermírio
de Moraes**

o capitalismo até aqui não servem para levar o sistema adiante. Mas a “globalização do trabalho” em escritórios e fábricas modernas é uma miragem quimérica num mundo em que os países centrais ostentam taxas de desemprego assustadoras, muros e xenofobia estimulados pela “nova economia”, e ao sul do equador hordas de excluídos lembram a barbárie estilo Mad Max. Hoje, até o turista que vai aos países ricos enfrenta desconfiança dos

Oswaldo Bertolino é diretor de imprensa do Sindicato dos Metronômicos de São Paulo

Alexandre Machado



Dimensões do proletariado tardio

Tão importante quanto o problema do desemprego deve ser o da organização dos assalariados instáveis e precários

GIOVANNI ALVES

A crise do capital não anula a expansão – e reprodução – da modernização tardia, que se desenvolveu, nos últimos trinta anos, através de ciclos de recessão e recuperação desiguais e não-sustentáveis das principais economias capitalistas. Na verdade, sob a crise do capital, é perceptível a exacerbação da modernização (e de sua própria “negação”), o que demonstra que o sistema do capital contém uma contradição, que se

manifesta em tendências e fenômenos contraditórios (tais como a afirmação e negação do trabalho).

A pletera de capitais, o avanço da indústria no “globo” – “indústria” no sentido amplo, não se restringindo apenas à produção material, mas principalmente a produção imaterial – e a expansão da base produtiva do capital pelas mais diversas áreas de atividades humanas, recriam, sobretudo nas fronteiras da modernização, nos países da Ásia, da

América Latina e do Leste Europeu, um “novo (e precário) mundo do trabalho”, no bojo de uma reestruturação produtiva que impulsiona a produção e acumulação do capital e um novo patamar de exploração da força de trabalho.

Na economia capitalista mais desenvolvida do sistema mundial do capital, nos EUA, que teve um crescimento exuberante na década de 90, é perceptível que, para homens e mulheres, o tempo de vida está se

A "sociedade do tempo livre" ou a "pós-industrial" são miragens produzidas

tornando, cada vez mais, tempo de trabalho (e, por conseguinte, objeto de exploração do capital). O que demonstra que é cada vez mais bizantino e meramente ideológico a afirmação da perda da centralidade do trabalho, de que vivemos numa "sociedade pós-industrial" ou que caminhamos para uma "sociedade do tempo livre".

Ao utilizarmos a expressão "novo (e precário) mundo do trabalho" salientamos, por um lado, o novo caráter do trabalho industrial e dos serviços, decorrente da incorporação de novas tecnologias microeletrônicas na produção, e por outro lado, o acerbamento da fragmentação da esfera do trabalho, a constituição tendencial de uma "sociedade do trabalho" dual, caracterizada pelos proletários "estáveis" e pelos proletários "instáveis". Além disso, o novo (e precário) mundo do trabalho é constituído por um contingente imenso de uma superpopulação proletária excedente e excluída, que pertence irremediavelmente, mesmo como estigma da negatividade, à esfera do trabalho estranhado (posta como "determinação reflexiva" do capital).

Na verdade, os trabalhadores desempregados são proletários que vivem a radicalidade da despossessão instaurada pelo sistema mundial do capital (apesar de ser uma radicalidade "estéril", pois a partir da sua exclusão da ordem do capital são incapazes de articular um movimento para além do capital). Os desempregados afirmam a "sociedade do trabalho", mesmo sendo a expressão da "negação" do trabalho. Mais uma vez, só a lógica dialética é capaz de apreender o

modo de ser da categoria dos proletários desempregados.

"MIRAGENS" DO CAPITAL

É a partir do avanço do capital, posto, por um lado, como processo de exploração e de barbárie e, por outro lado, como processo civilizatório (e posição das possibilidades concretas do gênero humano), que aparecem as "miragens" que encantam alguns analistas sociais incautos, tais como a "miragem" da sociedade do tempo livre, ou ainda a "miragem" da perda da centralidade do trabalho e seus sucedâneos.

É cada vez mais bizantino e meramente ideológico a afirmação da perda da centralidade do trabalho

As "miragens" da pós-modernidade dizem respeito à "sociedade tecnológica", posto que a racionalidade tecnológica está arraigada na lógica do capital em seu desenvolvimento tardio. Das percepções otimistas de liberais como Gates ou Negroponte – ideólogos vulgares do tecnologismo afluyente – à percepção pessimista de sociólogos como Baudrillard e Virilio, a tecnologia é não apenas um

"fetiche", mas a grande "miragem" das possibilidades irrealizadas da ordem do capital.

Na verdade, aqueles que acreditam que seja possível constituir uma "sociedade do tempo livre" ou que vivemos numa "sociedade pós-industrial", no qual a categoria trabalho perde a centralidade, vislumbram "miragens" produzidas pelo capital. São "miragens" ideológicas oriundas do fetiche do capital, do avanço da III revolução tecnológica e das possibilidades objetivas criadas pelo próprio desenvolvimento capitalista, mas obstaculizadas pelas relações sociais de produção capitalista.

O capital faz o mundo à sua imagem e semelhança. É do "globo" do capital que surge com mais plenitude um proletariado universal, objeto de exploração e estranhamento. É apenas nas condições da plena valorização do capital, da era da "globalização", como salientam alguns, que a verdadeira afirmação do trabalho aparece, no plano contingencial, como a "negação" do trabalho. É um processo dialético em que a "negação" do trabalho, transposta no plano objetivo pelo desemprego estrutural, possui um desdobramento necessário no plano ideológico-subjetivo através das "miragens" da negação da centralidade do trabalho e da dissolução do antagonismo de classe.

FACES DO PROLETARIADO

O desemprego é um problema universal, da maior importância para a classe dos trabalhadores, tendo em vista que debilita a coesão social e o

Com a "implosão" do núcleo moderno de assalariados, muitos sindicatos

pelo capital

próprio movimento sindical e operário. Entretanto, tão importante quanto o problema do desemprego deve ser o da ampliação e da organização de classe do neoproletariado tardio. É deles que deve vir a promessa de emancipação do trabalho. É uma tarefa urgente de partidos e sindicatos comprometidos com o socialismo analisar as dimensões do proletariado tardio, desvendar sua estrutura interna e discutir a organização política e cultural do novo (e precário) mundo do trabalho.

O proletariado tardio é caracterizado, principalmente, pelos trabalhadores assalariados instáveis e precários, não atingidos pelos sindicatos e partidos. Cabe salientar que, nos últimos cinquenta anos, sindicatos e partidos preocuparam-se em organizar os assalariados “estáveis” e “privilegiados”, que constituíam um imenso “núcleo” do mundo do trabalho. Mas a partir da ofensiva do capital na produção, esse “núcleo” amplo da classe implodiu. O capital tendeu a instaurar a produção dispersa, uma das características da nova ideologia orgânica da produção capitalista (o toyotismo).

No Brasil, os sindicatos sempre tiveram imensas dificuldades não apenas para organizar o “núcleo” moderno, mas principalmente para atingir os contingentes assalariados precarizados. A partir da década de 90, com a ofensiva do capital na produção, ocorreu a ampliação da borda precarizada do mundo do trabalho, resultado da implosão do “núcleo” moderno dos assalariados. Sindicatos (e partidos) tenderam a perder seu eixo organizativo e alguns sindicatos optaram por uma política



A ofensiva do capital explicitou não apenas os limites estruturais do sindicalismo, mas também a sua pobreza política

neocorporativa de cariz concertativo, voltando-se apenas para seu pequeno contingente de assalariados sindicalizados, uma “base sindical” cada vez mais restrita.

Alguns sindicatos tenderam a reagir às avessas, aceitando a lógica da fragmentação do proletariado, dissolvendo a perspectiva do antagonismo de classe, um dos corolários principais para realizar os interesses históricos da classe trabalhadora – o socialismo. Portanto, o que se percebe é que, diante da ofensiva do capital na produção sob a era neoliberal, explicitou-se não apenas os limites estruturais do sindicalismo corporativo, mas a pobreza política (e ideológica) do sindicalismo brasileiro. Eis apenas *uma* das determinações da crise do sindicalismo no Brasil.

O novo (e precário) mundo do trabalho é cada vez mais vertical, heteróclito, vasto e desigual, exigindo

das estruturas organizativas sindicais e partidárias, corporativas, burocratizadas e verticalizadas, uma imensa capacidade de recriação. Entretanto, além da questão organizativa, e muito mais importante do que ela, temos o problema político e ideológico. Mais do que nunca, a luta pela consciência de classe é o momento essencial da luta de classes. No século XXI, sob o bojo do toyotismo, cujo principal nexos é a captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital, cabe à intelectualidade orgânica da classe dos trabalhadores assalariados recuperar a perspectiva da classe, do antagonismo universal entre capital e trabalho, sob pena de sucumbirmos à barbárie vigente da nova ordem do capital.

Cabe articular o momento da *resistência* ao da *estratégia socialista*. É o que denominamos de “resistência estratégica”, capaz de, por um lado, resistir à voracidade do capital, criando obstáculos à degradação do trabalho, e por outro lado, preservar e avançar na perspectiva anti-capitalista, criando condições políticas (e, principalmente geopolíticas) para a construção de um movimento social ampliado de cariz socialista.

Giovanni Alves é professor de sociologia na Unesp-Marília/SP, doutor em ciências sociais pela Unicamp e autor do livro “Trabalho e mundialização do capital” (Ed. Praxis, 1999). Correio eletrônico: giovanni@marilia.unesp.br

perderam o seu eixo organizativo

Um convívio impossível

O debate atual sobre *trabalho, desemprego e tempo livre* está no centro das discussões, tanto no interior do mundo do trabalho e das ações sindicais, quanto das pesquisas e estudos no campo das ciências sociais. A sociabilidade contemporânea, movida por uma lógica que desconsidera as autênticas necessidades humanas e sociais, presencia a emergência da sociedade do trabalho *part-time*, do trabalho precarizado e do desemprego estrutural. Com índices cada vez maiores e assustadores, que desatualizam rapidamente qualquer dado recente, pode-se dizer que uma parcela substancial da classe trabalhadora em escala mundial encontra-se atualmente precarizada e desempregada. Os últimos levantamentos apontam mais de 1 bilhão de trabalhadores e trabalhadoras nesta situação, número que não pára de crescer.

Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito, de Valquíria Padilha, tem esse universo temático como centro. As perguntas que percorre podem ser assim sintetizadas: o tempo de não-trabalho pode efetivamente se converter num momento de vida dotado de sentido e de autenticidade? Será que a sociedade produtora de mercadorias, movida por um sistema de metabolismo social que subordina irreversivelmente o valor de uso das coisas ao seu valor de troca, pode possibilitar que o desemprego seja convertido em uma modalidade de tempo livre? Ou, ao contrário, não estará o tempo de não-trabalho, dado seus vínculos com a lógica societal do capital, envolvido, poluído e maculado pelo próprio sistema que o criou? É possível pensar numa sociedade do tempo livre estruturada a partir do trabalho assalariado e fetichizado? Ou ainda, como se pensar as potencialidades emancipadoras abertas pelo avanço



POR RICARDO ANTUNES

tecnológico se este se dá essencialmente sob controle e comando da lógica destrutiva do capital?

São estas algumas das questões que este texto, apresentado como dissertação de mestrado em sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, procura tematizar. Dialogando criticamente com parcela da literatura, especialmente a francesa, que discute as categorias tempo, tempo livre, lazer, ócio, jornada e tempo de trabalho, Valquíria Padilha caminha na contracorrente das teses dominantes. De maneira simples e didática, as questões mais de fundo vão pouco a pouco sendo afloradas, acabando por ressaltar o conformismo presente em muitas das teses, em grande medida obliteradas e por isso incapazes de visualizar uma sociedade para além dos valores do capital. Ela mostra

como a transformação do tempo de não-trabalho “em ampliação de liberdade, de criatividade, de realização, de vida cheia de sentido e de felicidade” acaba sendo uma impossibilidade na sociedade contemporânea, uma vez que o capitalismo enquanto sistema totalizante conseguiu ampliar seus pilares também para o espaço do tempo de não-trabalho, manipulando-o segundo sua lógica, “seja transformando-o em desemprego, seja preenchendo o tempo liberado com consumo de mercadorias e entretenimentos” desprovidos de sentido e subordinados ao processo de valorização do capital.

No debate que realiza com a literatura contemporânea, a autora nos dá elementos para perceber como a produção heterodeterminada não pode possibilitar a efetivação de um tempo verdadeiramente livre, o que a faz colocar no centro da discussão as necessárias articulações entre vida autodeterminada e cheia de sentido tanto no trabalho como fora dele. Sem desprezar a importância contemporânea da luta pela redução da jornada de trabalho ou do tempo de trabalho, mostra como o tempo de não-trabalho não se converte diretamente num momento de plenitude e autêntica individualidade.

Não sendo possível compatibilizar trabalho coisificado com tempo verdadeiramente livre, o binômio tempo livre e capitalismo acaba formando um par imperfeito, conforme o seu sugestivo título. A leitura deste livro oportuno de Valquíria Padilha possibilitará uma percepção crítica desta temática cada vez mais relevante no mundo contemporâneo.

Ricardo Antunes é professor de sociologia da Unicamp/SP e autor do livro “Os sentidos do trabalho” (Ed. Boitempo)

Notícias e negócios do poder

A enorme influência dos monopólios de comunicação no Brasil tem sido indispensável para a manutenção das oligarquias no poder. Crises políticas e trocas de comando no poder central são resolvidas pela violência e fraude, apoiadas na difusão desbragada do lugar-comum, de idéias reacionárias, coloniais, obscuras. Para desnorrear o povo, é comum a difusão de um otimismo oco e o uso de falsificações da realidade, de injúrias e difamações sobre tudo que é ou parece progressista.

Cláudio Abramo, conceituado jornalista com idéias situadas à esquerda no espectro político, dizia que a ideologia dos donos de jornais é a mesma das classes dominantes. Poder político e econômico são vigas mestras desse sistema. E os meios de comunicação são, ao mesmo tempo, negócios empresariais e emissores ideológicos do poder. Abramo também sentenciou, com conhecimento de causa, que é impossível existir democracia num país em que a TV é explorada por grupos privados. Segundo ele, para ter democracia no Brasil é preciso começar fechando todas as TVs particulares.

De fato, quase todos os oligarcas têm à mão um poderoso meio de comunicação. No topo desse gigantesco poder está o senador Antônio Carlos Magalhães, do PFL, símbolo das oligarquias. Grande parte dos coronéis eletrônicos espalhados pelo país ganhou suas concessões por meio de um sistema tramado e montado por ACM, quando este se tornou o todo poderoso ministro das Comunicações do governo Sarney. Durante seu mandato, foram distribuídas 1.028 concessões de rádios e TVs – das quais 539 nos últimos nove meses da Assembléia Constituinte de 1988.

Para difundir as idéias das oligarquias, os donos dos



**Notícias do Planalto –
A imprensa e
Fernando Collor.
Mario Sergio Conti,
Companhia das Letras,
São Paulo,
1999**

POR OSVALDO BERTOLINO

conglomerados contratam pessoas de sua confiança, que atuam como diretores e editores. Um deles, Mário Sérgio Conti, diretor de redação da revista *Veja* de 1991 a 1997, resolveu contar sua versão sobre “A imprensa e Fernando Collor” no badalado livro *Notícias do Planalto*. Ele segue o figurino clássico dos meios de comunicação. Omite e distorce fatos importantes, trata os donos dos conglomerados como cidadãos beneméritos, guardiões da democracia, da ética e da moralidade, e distribui mistificações a torto e a direito.

Na página 228, por exemplo, Conti resume seu estilo ao relatar uma passagem da campanha de Lula, em 89: “O PT adiou o quanto pôde a exibição do programa apresentando os partidos da frente. Tinha receio de que a aparição do dirigente máximo do PCdoB, João Amazonas, assustasse muitos eleitores. O programa acabou indo ao ar na

última semana, e mostrou Amazonas defendendo o comunismo, nos mesmos dias em que o eixo da propaganda de Collor era o anticomunismo”.

O jornalista Samuel Wainer, que foi proprietário do jornal *Última Hora*, dizia que a mídia não ajuda a ganhar eleições, mas ajuda a perder. Esse raciocínio paradoxal se aplica integralmente à atual era neoliberal, iniciada com a “vitória” de Collor em 1989. Por trás das eleições deste período está a manobra de ACM. Os grandes conglomerados sempre dominaram com mão de ferro as informações no Brasil. Assis Chateaubriand ficou famoso por controlar um imenso império de comunicação. Depois, na ditadura militar, Roberto Marinho substituiu Chateaubriand.

O pior pecado depois do pecado é a publicação do pecado, disse o genial Machado de Assis. Talvez essa tenha sido a fórmula para *Notícias do Planalto* não tratar das desregradas concessões de ACM, decisivas na prorrogação do mandato de Sarney e na vitória de Fernando Collor. Esse sistema também foi fundamental para catapultar FHC à presidência da República em 94/98 e para sustentar a política antinacional e antipovo do seu governo. Segundo o *Correio Brasiliense*, 87 parlamentares receberam autorização para instalação de estações retransmissoras de TV no primeiro mandato de FHC. Os personagens mudam, o teatro continua.

Apesar de ser concebido para legitimar o papel da imprensa liberal como sustentáculo do poder oligárquico, este livro merece uma leitura atenta para se extrair lições sobre as artimanhas e os negócios dos conglomerados de comunicação com o Planalto.

Osvaldo Bertolino é secretário de imprensa do Sindicato dos Metroviários de São Paulo

Corporativismo ou populismo?

Autonomia sindical *versus* sindicatos oficiais: eis um dos maiores dilemas para os trabalhadores desde a consolidação do capitalismo dependente no Brasil. Entender o início desse processo continua a ser um desafio para sindicalistas e intelectuais, cuja a práxis (ação política e teórica) tem procurado romper com os limites da organização sindical no capitalismo.

Parte desse desafio foi explicado na obra *A construção do consentimento*, da pesquisadora Angela Maria Carneiro Araújo. Ao estudar o que chama de construção do projeto autoritário-corporativo, ela procurou entender como parcela significativa dos trabalhadores, através da cooptação e do consentimento, referendou o reajuste capitalista brasileiro a partir do movimento de 1930.

Como afirmou o historiador Michael Hall, na apresentação do livro, “o modelo de sindicalismo corporativista, implantado nos anos 30, marcou a história brasileira para o resto do século”. Nesse sentido, Araújo estuda “o contexto intrincado das lutas políticas do período, inclusive a natureza de uma burguesia atuante e nada liberal”, buscando entender “as medidas sindicais como parte de uma estratégia mais ampla de controle e incorporação política dos trabalhadores”.

Dentro de uma sustentação teórica coerente, a partir da influência decisiva do marxista italiano Antônio Gramsci, ela utiliza o conceito de “revolução passiva” como central para explicar o pós-1930 no Brasil. Para a construção de uma nova hegemonia das classes dominantes foi necessário que atores sociais intermediários – intelectuais autoritários, integrantes do tenentismo, sindicatos de “amarelos” e reformistas – colaborassem na organização de “estratégias de cooptação”, tendo como ponto de apoio o



A construção do consentimento – corporativismo e trabalhadores nos anos 30.
Angela Araújo,
Edições Sociais/Scritta,
São Paulo, 1998

POR DIOGE KONRAD

Ministério do Trabalho, consolidados no Estado Novo e na propaganda do DIP, que reforçou a imagem de Getúlio como “pai dos pobres”.

Mas a cientista política não deixa de lado em sua análise a resistência dos trabalhadores liderados pelos anarco-sindicalistas, socialistas, comunistas e trotskistas, com visível simpatia teórica pelos primeiros. Para ela, as lideranças sindicais orientadas pela III e IV Internacional, paradoxalmente, teriam aberto mão de um projeto sindical independente em função de uma estratégia de atuação nos sindicatos oficiais, o que, em última instância, teria reforçado o sindicalismo corporativista.

Sem desconsiderar sua opção política, fica em segundo plano na obra o entendimento do porquê parte importante do movimento operário, sindical e partidário resistiu ao projeto de incorporação passiva dos trabalhadores. Nesse

sentido, se a explicação gramsciniana alarga a análise do objeto em estudo, o conceito de revolução passiva expressa insuficiência teórica para o entendimento de um contexto histórico cuja concretude foi multideterminada por contradições regionais, nacional e internacional.

De qualquer forma, a obra responde ao seu objetivo central, demonstrando como o corporativismo “opera como um mecanismo de controle das classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, envolve o atendimento de interesses materiais concretos destas classes”. Nas palavras da própria autora, através desse estudo “é possível entender a adesão destas classes ao sindicalismo corporativo e a cooptação ou transformismo de parcela importante de suas lideranças”.

Outro argumento significativo da autora é a ênfase na utilização do conceito de corporativismo em relação ao de populismo, reconhecendo que este acontece quando ocorre “a construção de uma identidade entre os trabalhadores e o presidente”. Portanto, diferentemente de algumas análises mais tradicionais, que consideram o populismo como um projeto já dado a partir do movimento de 1930 (Francisco Weffort, em *O populismo na política brasileira*, e Octávio Ianni, em *O colapso do populismo no Brasil*), o conceito de corporativismo sintetiza melhor o período. No caso brasileiro é preciso que se instaure um projeto corporativista de sociedade para que as práticas populistas obtenham base de apoio social. É por isso que o populismo vai ter maior apoio de massa nos finais do segundo governo Vargas (1951-54) ou no governo de João Goulart (1961-64).

Diorge Konrad é doutorando em história social do trabalho na Unicamp/SP e professor assistente do departamento de história da UFSM

NOVA FASE

Para os trabalhadores, os sindicalistas, os socialistas e os estudiosos do movimento operário, a revista **Debate Sindical** é uma fonte preciosa de informações novas e importantes, de análises originais e críticas, de debates de idéias e de propostas de ação em defesa da classe operária”.

*Armando Boito Jr.
Professor do departamento de
ciência política da Unicamp/SP*

Parabéns pela nova fase da revista **Debate Sindical**. Entre os vários méritos, gostaria de destacar a importantíssima contribuição regular do economista Marcio Pochmann – que hoje é a principal autoridade no estudo do mercado de trabalho no país. Suas pesquisas têm incomodado bastante o governo neoliberal de FHC. Não é para menos que certas “autoridades” governamentais insistem em tentar desqualificá-lo. A coluna fixa de Marcio Pochmann só engrandece ainda mais a revista.

*Daniel Peixoto
Salvador/BA*

Gostei muito do último número da **Debate Sindical** (32). A capa, mais chamativa, ficou melhor do que na edição anterior; os artigos, mais curtos, também facilitam a leitura no meio sindical. Quanto ao conteúdo, a revista está muito boa. Ela busca dar resposta aos principais problemas enfrentados pelo sindicalismo. Destaque para o artigo sobre o FAT, que se tornou um divisor de águas entre as correntes cutistas. Outro ponto positivo foi a polêmica sobre o fim das contribuições sindicais.

*Fernando Souza Bastos.
Caxias do Sul/RS*

A atuação sindical é cada vez mais complexa e exigente. Não bastam os compromissos de classe e a combatividade, apesar destes serem essenciais. É preciso refletir sobre a nova realidade gerada a partir de uma década de política neoliberal em nosso país e das gigantescas mudanças no mundo do trabalho. Sem falar no desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e

na chamada “ditadura da imagem”. Resistir neste contexto, mantendo uma visão classista e socialista, requer aprofundar a análise do capitalismo atual e das vicissitudes e virtudes do sindicalismo brasileiro. É nesse contexto que a **Debate Sindical** vem prestando inestimável colaboração. Seu esforço de discussão dos temas candentes, sua pluralidade e seu conteúdo sempre qualificado servem como referência para todos que atuam no movimento sindical e para os que o estudam.

*Rovilson Robbi Britto
Jornalista, mestrando em
Comunicação e Mercado*

Gostaria de parabenizá-los pelo excelente trabalho desenvolvido na **Debate Sindical**. Sua nova fase apresenta um rol de colaboradores de alto nível e artigos que fomentam a luta de idéias – em defesa do trabalho e contra a ofensiva do capital (...). Nesse momento, o fomento da consciência com idéias progressistas, classistas e revolucionárias é parte fundamental da luta para virarmos o jogo contra o “pensamento único” imposto pelo capital financeiro mundial e contra o seu representante no Brasil – o governo FHC. Assim, revistas como a **Debate Sindical** – que é a melhor e mais importante na cobertura da temática sindical brasileira – cumprem uma função imprescindível e representam o que temos de mais sério na imprensa brasileira.

*Edvar Luiz Bonotto
Pesquisador científico/SP*

INTERNET

Uma sugestão: por que a **Debate Sindical** não abre uma coluna para divulgar sites da Internet de interesse do movimento sindical classista? Ela poderia prestar esclarecimentos, divulgando sites importantes com pequenos comentários. A propósito: não deixem de acessar o site <http://globalization.cjb.net>

*Giovanni Alves
Professor de sociologia na Unesp de
Marília/SP*

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

No último número da **Debate**

Sindical, a seção “polêmica” trouxe uma interessante discussão sobre a contribuição sindical compulsória. Sem dúvida, as duas visões, bem diferenciadas, nos remetem a pensar nas ações implementadas nos sindicatos e nas suas relações com as bases. E, dessa reflexão, podemos arriscar algumas conclusões: o movimento sindical precisa ser reestruturado e os trabalhadores necessitam contar com entidades fortes (...). Porém, o que o governo FHC está tentando fazer é substituir o que ele chama de “corporativismo fascista” pela ditadura branca do neoliberalismo, impondo aos trabalhadores o fim das suas organizações representativas.

*Maria Eugênia Cury
Diretora tesoureira da Federação
Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar) e
diretora de formação do Sinfar/SP*
Parabenizo a revista **Debate Sindical**
Parabenizo a revista **Debate Sindical** por

SOBRE O FAT

abordar a discussão sobre formação profissional, recursos financeiros e interesses políticos. Há anos esse tema é discutido e a polêmica fica sempre em torno de “receber ou não” as verbas do FAT, como se isso fosse tão simples assim. Com o tempo, o jogo de interesses aumenta, as verbas também e a questão da formação vai sendo secundarizada e, muitas vezes, banalizada. Na matéria fica claro que o dinheiro é dos trabalhadores e que deve ser usado em favor dos mesmos. Mas os fatos e os números mostram que os recursos não estão sendo usados em favor da formação profissional dos trabalhadores.

*Marcos Emilio Roberto
Presidente do Sintratel (Sindicato dos
Trabalhadores em Telemarketing e Rádio
Chamada de São Paulo*

CARTAS

Essa seção está aberta à contribuição dos leitores da **Debate Sindical**. As opiniões, críticas e sugestões podem ser enviadas por correio (Rua Monsenhor Passalacqua, nº 158, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01323-010), fax (0__11/289-1496) ou correio eletrônico: c.e.s.@uol.com.br Solicita-se que os textos sejam concisos e contenham nome completo e endereço do autor. Por uma questão de espaço, a revista se reserva ao direito de publicar trechos das cartas.

VICENTE PAULO DA SILVA

Um congresso de luta: esta será o marca do 7º Concut

O 7º Congresso Nacional da CUT (Concut), em agosto próximo, será realizado dentro de uma

conjuntura de ascensão no país das mobilizações populares e das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de vida. Não podemos esquecer o ano de 1999. O ano passado, sem dúvida, foi extremamente rico em mobilizações, em avanços da classe trabalhadora, articuladas pelo Fórum Nacional de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, que reúne diversas entidades da sociedade civil.

Houve várias dificuldades, é verdade. Mas dificuldades que, felizmente, não nos desanimaram. Pelo contrário: as entidades que fazem parte do Fórum de Luta constataram que somente a unidade poderia fazer com que superássemos essas dificuldades.

SAINDO DO ISOLAMENTO

Foram mobilizações que marcaram época na história do movimento popular e contribuíram significativamente para o fortalecimento da nossa organização. Um dos exemplos mais significativos foi a realização do 1º de Maio em diversas capitais do país, particular e especialmente em São Paulo, onde milhares de pessoas foram ao Vale do Anhangabaú protestar contra uma política econômica submetida ao capital internacional e acuada pelo FMI. Histórica também foi a “marcha dos



O ascenso das mobilizações no ano passado permite novos avanços da CUT

100 mil”, realizada no dia 26 de agosto, em Brasília. Demos um grito uníssono, forte e vibrante, a fim de despertar os que continuam governando com os ouvidos tampados e de costas para o nosso povo.

A classe trabalhadora brasileira, a partir dessas mobilizações, começou a sair, enfim, de um terrível isolamento, imposto principalmente pelo desemprego, resultado de uma política econômica desastrosa do atual governo. Chegamos a 2000, então, em um clima de plena efervescência das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, que não aceitam mais tantos ataques contra os seus direitos – o mais legítimo deles, o direito a um trabalho que lhes dê condições dignas de vida.

ELEIÇÕES DE OUTUBRO

Chegamos a 2000 em um clima de eleições municipais, quando os

partidos de oposição ao atual governo deverão conquistar diversas prefeituras importantes, mostrando, também, que as aventuras políticas do atual governo têm reflexos terríveis no dia-a-dia do povo brasileiro. A política, portanto, passa a ser vista como algo palpável, com a qual se convive diariamente.

O 7º Concut estará fundamentado, ainda, na necessidade urgente da CUT fazer uma proposta de alteração da estrutura sindical. O que se presencia hoje é ultrajante: os trabalhadores sofrem sistemáticos ataques em seu local de trabalho e a precarização das relações trabalhistas é fato grave, marca registrada do atual governo. Convivemos com uma legislação sindical que não atende mais às necessidades dos trabalhadores. O neoliberalismo apruma suas garras e ataca frontalmente tudo o que temos conquistado, ano após ano, com sacrifício e luta.

ENTIDADE-CIDADÃ

Como envolver todas essas lutas? O congresso da CUT certamente ratificará a proposta inicial da central, que é de lutar sempre para se tornar uma entidade-cidadã, muito mais do que apenas reivindicativa. Continuaremos a nossa luta de resistência, preocupados com o trabalhador em seus aspectos humanos mais amplos: na conquista de um serviço de saúde eficaz e digno, uma educação pública de qualidade, na qual esteja garantido o acesso dos filhos dos trabalhadores, na difusão da cultura, na garantia do lazer.

Enfim, vamos todos participar de um congresso que terá como bandeira a certeza de que não podemos deixar que se apague a chama da esperança.

Vicente Paulo da Silva é presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

SINDICALISTA

Conheça uma empresa especializada em seguros para sindicatos

QUEM SOMOS?

A Padrão Seguros, que possui filiais e representações em todo território nacional, é uma empresa especializada no atendimento às necessidades sindicais, possuindo os melhores parceiros do mercado jurídico, de consultorias, de marketing, de sistemas e, principalmente, de seguros.

NOSSOS CLIENTES

Citamos, como exemplo, alguns clientes: o Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, Sindicato dos Lojistas de Niterói, Sindicato dos Lojistas de São Gonçalo, Sindicato dos Professores do Espírito Santo, Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, Sindicato dos Auxiliares de Ensino do Espírito Santo, Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Sindicato dos Urbanitários do Rio de Janeiro, Sindicato dos Profissionais em Auto-Escolas de Minas Gerais, entre outros.

GRANDE VANTAGEM

Conforme a legislação do Imposto de Renda aplicável às pessoas jurídicas e da contribuição social sobre o lucro, as contribuições destinadas a custear seguros ficam dedutíveis para efeito do lucro real, podendo ser consideradas como despesas operacionais, ou seja, a patronal poderá conceder benefícios sociais para os sindicalizados, abatendo no custo do imposto de renda, o que representará um valor bem inferior se fosse realizado um aumento salarial. Para tanto, tais benefícios deverão constar em convenção coletiva.

BENEFÍCIOS/SEGUROS

Trabalhamos com todos os ramos de seguro, tais como: seguro-saúde, seguro de vida em grupo, perda de renda, despesas por incapacidade temporária, fundo de previdência privada e acidentes pessoais. Aperfeiçoando-nos principalmente na área do chamado "seguro de benefícios", que são aqueles desenvolvidos para pessoas.

REPASSE/PRÓ-LABORE

Em todos os nossos projetos compulsórios, para todo o grupo segurável, os sindicatos recebem mensalmente uma participação sobre o faturamento pago, com o intuito de proporcionar-lhes um incentivo para obras sindicais.

Não perca mais tempo. Aumente a força de seu sindicato. Entre em contato conosco.



<http://www.padraoseguros.com.br>

Rio de Janeiro: (0__21) 507.1030

São Paulo: (0__11) 256.8083

Espírito Santo: (0__27) 200.3367



*Para quem
busca
soluções
criativas,
comunicação
integrada faz diferença.*

Marketing Político

Planejamento estratégico

Campanhas de propaganda

Produção e edição de jornais, revistas e informativos

Publicação de editais e anúncios

Assessoria de imprensa

Produção de folders, banners, cartazes e outdoors

Organização de eventos

Século

Comunicação Integrada

